dados

Publicação do
Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro

Simon Schwartzman - Estado e Sociedade no Brasil
Fábio Wanderley Reis - A Revolução é a Geral Cooptação
Fernando Henrique Cardoso - Notas sobre Estado e Sociedade
AS ELEIÇÕES E O PROBLEMA INSTITUCIONAL

Separata da Revista Dados, nº 14, 1977, páginas 164 a 210
Rio de Janeiro
1977

As Eleições e o Problema Institucional (1): Estado e Sociedade no Brasil (*)

Simon Schwartzman

O ressurgimento dos estudos eleitorais no Brasil, a partir das eleições de 1974, são uma boa ocasião para retomar o tema da "Cooptação e Representação Política" que, apresentado como uma hipótese de trabalho pela primeira vez em 1969 [1], adquiriu forma mais acabada em *São Paulo e o Estado Nacional.* [2] Neste meio tempo, muitas críticas e comentários surgiram, debates foram feitos, teses e afirmações empíricas foram debatidas, ampliadas, pesquisadas e refutadas. Que resta do antigo argumento?

O presente texto tem essencialmente dois objetivos. Pretendo recolocar rapidamente as teses principais, e discutir alguns dos principais comentários e críticas que elas receberam. Além disto, pretendo examinar algumas das principais teses dos estudos eleitorais de 1974, identificar as perspectivas teóricas que eles contenham, e chegar a algumas conclusões sobre possíveis ensinamentos que possam ser utilizados nos estudos das próximas eleições de 1976 e 1978.

O fulcro da tese de "cooptação e representação" era o questionamento da maneira de pensar que via o sistema político como baseado exclusivamente em mecanismos de "representação de interesses", e que, por conseguinte, somente conseguia entender o Estado como agente de um setor ou de uma constelação específica de setores, definidos essencialmente em termos classistas e econômicos, da "sociedade". A isto eu contrapunha o fato de que a maioria das sociedades não ocidentais tem uma organização política e estatal que é parte importante, se não predominante, *do próprio sistema produtivo,* e que por isto não pode ser vista como atuando *em nome de* outras classes ou setores. Na medida em que existem, na sociedade brasileira, dois pólos principais de organização social — o de

(*) Trabalho preparado para o "Simpósio sobre as Eleições e o Problema Institucional Brasileiro', realizado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais em novembro de. 1975. (revisto).

tipo privado capitalista e o de tipo patrimonial-burocrático — o jogo político, quando se dá, expressa esta contradição estrutural, na forma de dois "estilos" de atuação e participação política — "representação" e "cooptação" (o que significa, obviamente, que não há nem uma nem outra quando o sistema de participação política não pode se manifestar).[3]

O modelo de representação política foi, por muito tempo, quase que a única perspectiva analítica aceita dentro da sociologia eleitoral que se pretendia estrutural, com explicações baseadas na percepção das necessidades do sistema social e partir de sua matriz produtiva, em contraposição a perspectivas de tipo "culturalista" ou "idealista". Ele supõe uma sociedade organizada em grupos de interesse de diversos tipos (classes, setores, estamentos, etc.) que se dispõem para a defesa de seus interesses na esfera pública. Este esquema explicativo corresponde, *grosso modo,* a uma realidade histórica, a dos sistemas político-partidários da Europa Ocidental; e a um modelo teórico explicativo concomitante, que é o que entende a sociedade como definida essencialmente a partir de uma matriz dada pela divisão social do trabalho, que dá os contornos das diversas categorias e interesses sociais, que por sua vez se expressam na arena política. Este modelo teórico pode surgir com diversos graus de complexidade e sofisticação, desde a idéia mais singela (e por isto poderosa) de que o sistema político e o Estado são meras "superestruturas" do sistema econômico, até os modelos mais complexos que tratam de incorporar conceitualmente a presença cada vez mais marcante do Estado nas sociedades ocidentais modernas, lançando mão, então, de conceitos como "fração de classe", "autonomia relativa", "aparelho ideológico", etc.

A sociologia política, e mais especificamente, a sociologia eleitoral, que se desenvolveu como disciplina justamente nos países em que existem os regimes políticos representativos mais bem sucedidos, tende em parte a confirmar e em parte a questionar seriamente este modelo explicativo.

A confirmação consiste no achado mais ou menos universal de que o "*status* sócio-econômico" tende a ser o melhor preditor das atitudes políticas das pessoas. Tipicamente, o conceito de "*status* sócio-econômico" deriva da noção de classe, mas tende a ser definido como um contínuo em um sistema de estratificação (medido usualmente pela combinação da educação formal, prestígio profissional e nível de renda da pessoa). Transformado em um contínuo, este conceito deixa de lado a questão muitas vezes bizantina de definir quantas e quais classes "realmente existem" em uma sociedade, e estabelece um relacionamento mais ou menos claro entre deprivação relativa de posição e riqueza social e preferências político-partidárias.

A relativa desconfirmação do modelo teórico de política representativa reside primeiro na debilidade das relações acima indicadas. As relações existem, mas são baixas ("0,30 é o número mágico dos estudos eleitorais", diz a respeito Adam Przeworski).[4] Um conjunto de relações deste tipo, vinculadas a um conceito contínuo de estratificação social, leva a uma teoria "atenuada" de política representativa, que corresponde, por sua vez, ao contexto político norte-americano e europeu dos anos 50 e 60, quando estes estudos foram fei-

tos. A política é ainda a representação de interesses, mas os interesses são múltiplos, muitas vezes conflitivos, o nível de informação dos cidadãos é baixo (porque o custo da informação política é alto, e sua utilidade marginal, baixa), e isto permite o funcionamento relativamente tranqüilo do sistema representativo das democracias ocidentais, dirigido por elites mais atentas.

A desconfirmação se acentua mais ainda quando comparações internacionais sistemáticas começam a ser feitas. Normalmente, as correlações entre atitudes políticas e *status* sócio-econômico tendem a se manter dentro de cada país, mas existem grandes variações em termos de intensidade de envolvimento político, grau de correlação entre atributos sócio-econômicos e atitudes, e linhas de clivagem dentro das sociedades, etc. Como explicar esta diversidade?

A literatura costuma mostrar três estratégias possíveis. A primeira é utilizar o conceito de "cultura política", que, de alguma forma, recupera o conceito já em desuso de "caráter nacional". Existiria assim, uma cultura "machista" no México, "autoritária" na Alemanha, "individualista" no Brasil, "cívica" nos países escandinavos, etc. Fábio Wanderley Reis faz uma crítica ao conceito de "cultura política" com a qual concordo inteiramente: "quando utilizada para a explicação da evolução política de longo prazo ou mesmo secular de um país, como se dá em algumas de suas aplicações ao caso brasileiro, aquela noção exige que se atribua aos componentes da 'cultura política' um grau inaceitável de permanência e autonomia relativamente ao substrato estrutural que lhes corresponde". [5]

A outra estratégia consiste em tomar em consideração as características do sistema político-partidário, das leis eleitorais, das possibilidades de *enfranchisement,* etc. Por exemplo, Glaucio Soares, ao tratar de explicar o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro no período 1945-64 [6], se utiliza tanto das variáveis de tipo classista (mostrando, por exemplo, bases do PTB nos setores operários mais modernos e urbanizados) quanto de variáveis estruturais, como os efeitos das leis restritivas ao voto do analfabeto. A própria lógica da competição em diversos modelos de organização política — bi ou pluripartidários, de base funcional ou territorial, de âmbito local, estadual ou nacional — implica graus distintos de radicalização dos partidos, conteúdo ideológico ou não dos programas, participação da população, etc.

É claro que o principal problema com esta abordagem é que ela toma a estrutura político-partidária como dada, e parte daí para a explicação dos comportamentos individuais. Ela permite, sem dúvida, explicar comportamentos a curto prazo, e pode ser a via mais eficaz para desenvolver modelos preditivos de grande precisão, principalmente se apoiada em estudos de sociologia eleitoral empiricamente bem feitos. Mas ela é impotente para prever mudanças no próprio sistema eleitoral, tem uma perspectiva de tempo muito limitada (ou supõe implicitamente a intemporalidade) e por isto suas falhas na predição de resultados eleitorais são, muitas vezes, tão surpreendentes quanto seus sucessos.

A terceira estratégia, que eu considero a mais indicada, é essencial-

mente histórica. Ela trata de ver como as ideologias, as polarizações políticas, os sistemas eleitorais, as percepções e avaliações dos fenômenos políticos pelos diversos grupos da população, que existem hoje, são resultados de experiências e buscas de solução para problemas e conflitos de ontem, que caracterizam o contexto no qual são tratadas estas questões em função dos objetivos políticos desejados para amanhã. O sistema bi-partidário do Brasil, em 1975, não é simplesmente um sistema bi-partidário qualquer, mas o resultante da extinção, pelo Executivo, do sistema pluripartidário anterior; e é este sistema bi-partidário, com toda a carga histórica que traz consigo, que tem que enfrentar o teste crucial das eleições de 1976 e 1978. A perspectiva histórica permite reintroduzir as atitudes (por exemplo, o voto em branco, ou as preferências urbanas pelo MDB assim como a estrutura partidária — o próprio bi-partidarismo) como fenômenos sociais concretos e determinados, e não como entes culturais ou jurídico-formais em abstrato.

A incorporação da perspectiva histórica traz grandes vantagens e grandes problemas. As vantagens são que a realidade, colocada em frios números e na mente refrigerada dos computadores pelos sociólogos empíricos, ou preservada em formol pelos teóricos da cultura política e do caráter nacional, readquire subitamente vida, drama, emoção. Os problemas são que o analista pode se encontrar, subitamente, desarmado. Cada evento se explica pelo evento anterior, todas as informações — os dados econômicos, as conspirações, os acidentes, as transas de alcova — são importantes, e podem eventualmente mostrar a "verdadeira" causa de cada evento. É claro que este tipo de situação é inaceitável, já que toda a explicação causal que pretende superar a imediaticidade dos fatos aspira a uma teoria, ou modelo explicativo mais genérico. Este modelo explicativo pode muitas vezes estar implícito, outras não — a história como produto das grandes personalidades, das conspirações judaicas ou franco-maçônicas, das manipulações dos imperialismos, das lutas de classe.

Neste contexto é importante recuperar a problemática teórica das relações entre Estado e Sociedade, para o entendimento dos processos históricos das sociedades contemporâneas. Pensar em termos destes dois macro-conceitos e suas relações não é uma questão de "moda intelectual" mais ou menos aleatória, mas o ponto de partida mais fundamental para uma análise dos processos sócio-políticos da história moderna e contemporânea. Pensar em "sociedade", ou, mais especificamente, em "sociedade civil", implica pensar no desenvolvimento das cidades e da burguesia na Europa, na expansão da economia e sociedade de mercado, no desenvolvimento dos sindicatos, etc. Pensar em "Estado" implica, por uma parte, pensar no "comitê executivo" do setor dominante da sociedade; mas implica, também, pensar na criação de grandes estruturas organizacionais capazes de mobilizar recursos e desenvolver grandes capacidades extrativas e produtivas, incorporando grande parte da riqueza territorial e de seus recursos humanos, etc. Este Estado nada tem de "abstrato", "sem raízes", formal. Por isto mesmo, seu peso específico, seu relacionamento com a burguesia, a aristocracia rural, os sindicatos, e outros atores importantes

da sociedade, não pode ser definido *a priori*, mas depende de uma análise empírica em cada caso. Assim como existem teorias a respeito da tendência ao crescimento e expansão do capitalismo, da tendência à extinção de sociedades baseadas em agricultura tradicional, etc., existem teorias relativas à tendência ao crescimento do Estado, à lógica de poder das burocracias públicas civis e militares, etc. Cada uma destas teorias falha, evidentemente, na medida em que não toma o outro lado em consideração. Daí o surgimento da necessidade de teorias que incorporem estas duas lógicas, que examinem o inter-relacionamento destes dois processos seculares, e façam derivar daí proposições para o entendimento de situações históricas particulares.

É desta forma que interpretações e formulações centrais para o entendimento dos processos históricos podem ser trazidas à colação e experimentadas para a explicação de processos históricos e, a partir deles, de conjunturas políticas localizadas no tempo. Daí a vantagem em acentuar a importância da temática da análise Estado-Sociedade, dado que ela permite combinar a análise histórica com a teoria social, ou pelo menos com um corpo importante, no meu ver central, da teoria social relativa aos processos históricos contemporâneos.

É por isto que considero que Fernando Henrique Cardoso, em uma primeira reação às idéias aqui sugeridas, cometia um erro ao acusar de simplismo esta tentativa de acentuar o foco dos problemas e suas ligações com a problemática conceitual teórica, que as proposições sobre a análise Estado-Sociedade significavam.

No lugar da simplificação aparente que surge sempre que se busca acentuar os aspectos centrais de uma idéia, ele indicava o exemplo de autores clássicos e reconhecidamente desprovidos de teoria, como Mariátegui e Haya de la Torre, como modelos a seguir. "Obviamente", dizia, "estes equívocos não encontraram jamais guarida nas obras dos analistas mais conscientes do processo histórico". [7] "Quero apenas chamar a atenção", dizia mais adiante, "para um estilo de análise global, tradicional se se quiser assim qualificar, mas que estruturava as diferenças entre sociedade, Estado e economia, sem dissolvê-las na síntese". [8] Oxalá assim fosse: porque, do texto original sobre "cooptação e representação", Fernando Henrique só concorda quando falo de "um processo simultâneo de desenvolvimento contraditório" nas relações entre Estado e Sociedade, cooptação e representação. Ora, "processo simultâneo de desenvolvimento contraditório" é uma expressão que, na verdade, não traz nada de novo como proposição a respeito das coisas. É um truísmo vazio de conteúdo. Como tal, é uma noção inocente, que não faz bem nem mal a ninguém, a não ser quando surge inesperadamente, como neste caso, como um dos "pontos altos" de uma abordagem que pretenderia ser menos óbvia e tautológica.

A pretensão ao pensamento totalizante oculta, via de regra, um esquema conceitual relativamente simples, e este texto de Fernando Henrique Cardoso não foge à regra: "é preciso caracterizar a luta política como uma pugna entre grupos e classes com interesses contrapostos", diz ele, "De outra maneira a política passa a ser um jogo de cabra-cega: o Estado, encapuçado, sem que se saiba quem está *por detrás* (o grifo é meu) dele, se opõe ao localismo dos donos das

terras, dos empresários ou de quem mais seja. Quando não, simétrica e opostamente, são as facções políticas (quando a interpretação privilegia a 'sociedade civil') que brincam na gangorra do Poder no puro ludismo de um apetite sem gosto pela comida, sem que se entenda porque algumas facções se opõem às outras". [9] Trata-se aparentemente de uma posição ortodoxamente classista, a explicação de toda a política pelo confronto de grupos e classes dentro dos moldes marxistas mais convencionais, que não dá lugar à problemática do Estado, rechaçada com inteligência e ironia.

Esta atitude ortodoxa se reforça na crítica de Fernando Henrique ao estudo de Olavo Brasil de Lima Jr. e Lucia Gomes Klein sobre os "Atores Políticos do Império" também publicado em *Dados* 7. Ele acusa os autores de, sem mais nem menos, ignorarem que havia escravidão no Império! E isso seria grave, porque "a ordem econômica se fazia elemento condicionante do jogo político", diz ele, e "a estruturação social e política do império *no seu conjunto* (o grifo é dele) é impensável sem escravidão".

Mas é claro que todos sabemos da importância da escravidão. O que não podemos saber, examinando somente a escravidão, era como e por que o Partido Conservador, aparentemente mais comprometido com a escravidão, na realidade tinha mais condições e de fato se opôs mais ao sistema escravista do que o Liberal. [10] Ou como, exatamente, a escravidão permite entender a estabilidade do regime imperial no Segundo Reinado, em contraposição à instabilidade da Regência. É quando deixamos de pensar em bloco, no conjunto, e queremos explicar as coisas, que a perspectiva aparentemente holística mas, de fato, simplista em suas proposições mostra seus limites reais.

Mas é claro que Fernando Henrique Cardoso é mais inteligente do que isto, e não pode deixar de se preocupar com a problemática específica do Estado, e que passa a ser, na realidade, um de seus temas centrais a partir de então. Na transição, seu pensamento oscila, teses são imediatamente contrapontuadas com antíteses, entre vírgulas, parênteses, vírgulas inglesas e notas de rodapé. Vale a pena ordenar no espaço as teses e antíteses em oposição, exatamente nesta discussão sobre o Império (a numeração dá a seqüência original do texto): [11]

Tese	*Antítese*
[1] "a ordem econômica se fazia elemento condicionante do jogo político	[2] (sem determiná-lo mecanicamente: já se escreve estas coisas com certa vergonha, de tão óbvias)
[3] não porque a burocracia imperial não tivesse — outra obviedade — origens de classe	[4] (nota de pé de página): as burocracias podem, em circunstâncias dadas, fazer seu jogo próprio apesar de suas ligações de classe, graças a "indeterminação relativa da ordem política"
[5] expressão vaga e contraditória	
[7] mas porque a estruturação social e política do império *em seu conjunto é impensável* sem a escravidão".	[6] que tem a magia de "comunicar a mensagem" (fim da nota de pé de página)

Seria ocioso discutir se este é um bom exemplo de raciocínio dialético, ou um mau exemplo de ambigüidade conceitual e estilística oriunda de um ponto de partida metodológico e conceitual equivocado. O importante, evidentemente, é o peso que Fernando Henrique Cardoso passa a atribuir, cada vez mais, à problemática das relações Estado-Sociedade, chegando inclusive ao ponto de, aos poucos, ir adotando as idéias que antes ironizava. "Eu sugeri em outros ensaios", diz, algum tempo depois, reportando-se exatamente a este texto que ora comento, "que a análise sobre os processos políticos contemporâneos precisa reavaliar as relações entre sociedade civil e Estado e discutir mais a fundo a visão herdada da tradição européia de que a relação classe-partido-Estado se dá nesta ordem e com um nível de autonomia institucional que supõe uma sociedade civil ativa e autônoma". [12]

Mas é exatamente esta reavaliação que eu vinha propondo desde o texto de 1967, e ele criticava. Chegamos assim, aparentemente, a um entendimento comum das coisas.

É a partir desta trajetória que vai da adoção simples do modelo analítico representativo à preocupação crescente com o papel do Estado no sistema social e político que deve ser visto "Partidos e Deputados em São Paulo", [13] de Fernando H. Cardoso, certamente um dos melhores estudos sobre o sistema político-eleitoral brasileiro já feitos. Seria impossível analisar aqui toda a riqueza de contribuições e sugestões que este texto contém. Limitar-me-ei, portanto, a comentar uma série de teses e passagens que me parecem particularmente ligadas à temática aqui discutida.

Em primeiro lugar, chama a atenção a análise da formação do populismo paulista. Para ele, o populismo é, aparentemente, uma "perversão do sistema representativo". Esta "perversão" teria surgido pelas limitações ao sistema democrático representativo impostas, principalmente, a partir de 1947. No entanto, é claro que isto não explica tudo. Referindo-se à inexistência de um partido trabalhista fortemente organizado no estado de São Paulo, ele diz que "o controle do trabalhismo por Getúlio Vargas e depois por João Goulart requeria na luta interna do PTB uma secção paulista relativamente fraca". "Foi neste contexto de marginalização dos setores ideológicos que poderiam influenciar o comportamento das massas, do populismo e de falência partidária do trabalhismo por causa de interesses de grupos que lutavam pelo controle nacional do PTB, que se desenvolveu o processo eleitoral paulista". [14]

A questão de insignificância eleitoral dos grandes partidos nacionais em São Paulo — PSD, PTB, UDN — é central para o entendimento do sistema político-eleitoral brasileiro após 1945, e é uma pena que Cardoso não tenha aprofundado a análise sugerida pela referência à "luta interna" dentro do PTB. No meu entender, o importante era que o PTB, como partido governamental (de "cooptação") não poderia aceitar dentro de si um setor operário e sindical realmente forte e estruturado, como seria de se esperar que se formasse na área industrial de São Paulo. Este tipo de trabalhismo de base — representativo — levaria a uma inversão do predomínio político do centro adminis-

trativo-burocrático nacional sobre o centro econômico do país. É por isto, e não por aspectos circunstanciais de uma luta interna não especificada, que nem os partidos conservadores nem os partidos liberais ou trabalhistas de expressão nacional puderam se organizar e firmar uma base de apoio sólida em São Paulo.

Isto não explica, entretanto, a razão da inexistência de grandes partidos representacionais em São Paulo. Em primeiro lugar, há que considerar que este tipo de partido tinha sua força, ainda que limitada, no grande estado. PSB, PDC, PRP, a própria UDN paulista, além do Partido Comunista, foram formas de organização política independente que ali floresceram.

Mais importante do que estes, no entanto, foi o PSP. "De fato", diz Cardoso, "o PSP foi criado, um pouco como o PSD nacional, a partir do aparelho estatal. Entretanto, ele expressou, desde o início um fenômeno de 'insubordinação paulista' ".[15] Os depoimentos trazidos à colação mostram que o PSP combinava este 'fisiologismo' com a participação de grupos econômicos em rápida ascensão, e grupos sociais menos privilegiados ligados a um sistema clientelístico — era o 'partido dos turcos', o primeiro partido que fez de São Paulo a ligação entre um novo estilo de capitalismo e as camadas populares ou pequeno-burguesas que não eram captadas pelos conteúdos mais radicais. . ."

Esta análise dá, creio, a chave do problema: o PSP cresce em uma economia em expansão, onde o aparelho estatal no nível de São Paulo também crescia em termos de recursos e capacidade de intervenção na sociedade paulista, e por isto nunca chega a ser nem tipicamente um partido clientelista, ligado fisiologicamente ao Estado, nem tipicamente representacional, dependente de grupos de interesse autônomos.

A partir da caracterização geral dos partidos paulistas anteriores a 1966, duas perguntas cruciais se colocam: como entender e interpretar a vitória do MDB em 1974? Que sentido atribuir a esta vitória e que dimensões analisar, tendo em vista os desenvolvimentos futuros?

O voto do MDB tem dois sentidos principais, encontráveis em São Paulo tanto quanto em outros estados em que pesquisas eleitorais foram feitas. Por uma parte, ele é um voto de protesto contra o sistema, contra o Estado. "Desde o passado", diz Cardoso, "o Estado surge como pólo aglutinador quase único da sociedade. O relacionamento entre estes dois termos do processo histórico dava-se através de elites que (. . .) manipulavam legendas e favores para obter o intercâmbio entre eleitores e massa por um lado e partidos e Estado pelo outro. Uma desconfiança básica e, por vezes, a apatia, continuavam a permear o comportamento político das massas. Um fenômeno como o janismo servia de catalizador momentâneo desta desconfiança. Era quase uma alternativa de repúdio a 'tudo que aí está', um caldo de cultura para, independentemente do próprio líder, criar um eventual fascismo".[16] É um eleitorado reativo, que nunca se enquadrou nos limites estreitos do sistema partidário, que faz uso da oportunidade de votar para assinalar seu protesto.

Mas o segundo componente é igualmente importante: como assinala muito bem Bolivar Lamounier[17], o voto do MDB não é simplesmente um vo-

to negativista e indiferenciado, um "voto cacareco". Ainda que o MDB ganhe em toda a cidade de São Paulo, a variação geográfica dos votos reflete "a continuidade de clivagens sócio-ecológicas básicas", que combinam o voto de oposição tradicional com o voto de novas áreas urbanas periféricas. Trabalhando com duas variáveis clássicas de estratificação, educação e idade, Lamounier mostra como a idade permite explicar 11% de diferença no voto a favor do MDB (os mais velhos votam pela Arena) e a educação outros 12% (os mais educados votam pela Arena). A diferença entre a votação pela Arena entre jovens pouco educados e pessoas maduras bem educadas é de 30% (12,4% e 50,4%, respectivamente), grau tão alto de variabilidade explicada quanto os encontráveis nos melhores estudos eleitorais. Por sua vez Cardoso mostra em seu estudo como as bases eleitorais dos eleitos pelo MDB têm muito mais apoio em instituições de classe e setores sociais especificamente definidos que a dos eleitos da Arena, que se basearam principalmente na máquina administrativa do governo Laudo Natel. Esta mesma estruturação do voto emedebista, e sua continuidade com o sistema político-partidário anterior a 1966, é encontrada por Hélgio Trindade em seu estudo sobre Porto Alegre. [18]

A questão do sentido do voto do MDB requer, além do exame de seus correlatos sócio-econômicos e ecológicos, a análise do sentido atribuído a este voto. O estudo de São Paulo mostra que os votantes no MDB se diferenciam claramente dos arenistas em sua preferência pelo voto direto, pelo governo eleito, e em sua crença na sabedoria do povo. Para Minas Gerais, Fabio Wanderley encontra níveis impressionantemente altos de falta de informação política entre os eleitores de ambos os partidos, mas também um predomínio daquelas atitudes que indicam, principalmente entre os emedebistas, "postura crítica com respeito às condições existentes no país, manifestando preferência por uma forma conseqüentemente democrática de organização política e rechaço ao quadro de rigidez política que vem caracterizando a vida brasileira". [19]

O voto do MDB é, assim, em parte, a continuidade dos vínculos político-partidários anteriores a 1966 e, em parte, um voto de protesto, de tipo essencialmente político. Este voto de protesto adquire a feição de um voto contra o Estado, ou o governo, não só porque este governo representa certos interesses, mas porque é governo centralizado e autoritário. Alguns eleitores, diz Lamounier, se referem "a essa curiosa figura, ao que tudo indica recente, da imaginação política popular: a oposição entre *governo* e *povo*". É difícil saber porque Lamounier acha "curiosa" esta atitude historicamente tão presente na política brasileira. Para Wanderley Reis, "o fato incontestável é que a identificação maciça com o MDB se deveu às condições que lhe criaram a imagem do anti-governo e anti-elitismo e lhe permitiram emergir como o símbolo de um novo estado de coisas". [20]

Como partir da constatação do sentido e características do voto nas eleições de 1974 para uma visão prospectiva a respeito do sistema político brasileiro? É óbvio, pelo menos para mim, que os estudos eleitorais não se esgotam em si mesmos, que não há muito interesse em poder predizer,

ex-post-facto, 30% da variabilidade do comportamento eleitoral em função de algumas variáveis de *background*. É claro que os estudos ganham interesse quando identificam certos *patterns* que se mantém mesmo quando o sistema político-partidário e o clima eleitoral se alteram. E seu interesse aumenta ainda mais se eles nos permitem ganhar uma perspectiva sobre a evolução e o futuro do sistema político do país.

Fábio Wanderley Reis tem este objetivo analítico claramente em vista, quando busca no voto emedebista de 1974 o sentido de um "voto constitucional". "A desinformação com respeito a certos aspectos da conjuntura político-econômica do país", diz ele, "está longe de poder ser vista como resultando em comportamento errático diante das urnas". Apesar da falta de informação, o voto do MDB é voto de oposição, se caracteriza por alguns temas específicos referidos às regras de participação do jogo político, e neste nível haveria consciência clara por parte do eleitorado. Na medida em que uma "consciência constitucional" estivesse realmente se formando e consolidando no país, isto colocaria em dúvida a viabilidade de qualquer projeto político que pretendesse uma base de sustentação social sólida e ao mesmo tempo buscasse contornar o problema da reformulação das regras do jogo político, com seus respectivos direitos e garantias.

Acho muito difícil, no entanto, aceitar, sem maiores qualificações, a tese de uma "vontade constitucional" que expressasse uma ampla consciência de temas de organização política ao lado de uma profunda ignorância a respeito, por exemplo, do que é um Ato Institucional. Eu buscaria problemas metodológicos nestes dados (talvez entre preferências manifestas entre alternativas apresentadas, por um lado, e perguntas abertas por outro) para explicar esta contradição aparente.

De qualquer forma, a existência de uma atitude generalizada, plebiscitária, de oposição, não é suficiente para se supor a existência de uma vontade constitucional que servisse de base política para a transferência de poder político do Estado à sociedade. Governos podem varrer ou ser varridos por terremotos eleitorais, mas isto não indica a existência de uma estrutura política suficientemente formada e densa que possa dar apoio a uma política representacional ou de participação ativa mais ampla.

Aqui, como em outras partes, não há como eludir as questões centrais sobre as relações entre Estado e sociedade. O que Fábio Wanderley Reis procura mostrar, a partir do voto oposicionista em Minas Gerais em 1974, é que a sociedade mostrou tal força, naquele ano e lugar, que permite predizer o progressivo desmoronamento de qualquer projeto político baseado exclusivamente no poder do Estado.

O que seria necessário, para aceitar esta proposição, seria comparar os resultados de 1974 com o de anos anteriores, assim como o de resultados em outros estados e outros países, para ver se este tipo de conclusão é válido. O tipo de evidência necessário para isto não poderia se limitar à distribuição de preferências entre alternativas, e suas percentagens, mas exigiria um exame mais aprofundado do próprio tecido social que está ou não por detrás destas atitudes. Não é a primeira vez que o governo perde a eleição em Minas (na realidade, o estado tem uma tradição de alternância dentre PSD e UDN) e seria necessário maiores evi-

dências para podermos aceitar que o voto de 1974 foi mais "constitucional" que os anteriores.

Além destas dificuldades, que são por assim dizer "técnicas", existe uma outra, mais séria: é que os estudos eleitorais se referem somente à manifestação de atitudes dos cidadãos individualmente, e não permitem ver a força efetiva das organizações sociais, os partidos políticos e a própria máquina governamental, nas eleições (coisa que o artigo de F. H. Cardoso trata de suprir). Mas existe ainda um problema mais fundamental, que tem a ver com o tipo de análise desenvolvida por F. W. Reis, que vem de textos mais antigos.

Com efeito, em um texto anterior, [21] Fábio W. Reis desenvolve o seguinte raciocínio. Preocupado com o entendimento do desenvolvimento político, ele deixa de lado o método de análise que busca pensar a partir de antinomias e contradições mais gerais dentro da sociedade, em benefício da análise de dimensões teoricamente deduzidas que permitam aferir a proximidade ou afastamento de um estado de coisas considerado ideal. "O problema envolvido na discussão relacionada com Estado ou Sociedade, patriarcalismo ou estamento burocrático, é prioritariamente um problema de institucionalização de poder ou de *state-building*, correspondendo basicamente ao primeiro tipo de obstáculos ao estabelecimento do mercado político que acima salientamos e às condições que associamos ao estágio da política tradicional ou pré-ideológica." [22] Ele supõe a existência de estágios sucessivos em um processo de desenvolvimento político — estágios lógicos, não empíricos — e desta forma a questão do relacionamento entre Estado e Sociedade passa a ser um "simples" problema de ajuste e aperfeiçoamento da máquina governamental em estágios inferiores. E prossegue: "Pretender, portanto, caracterizar o processo político brasileiro em sua evolução em termos do predomínio *originário e permanente* (o grifo é meu) do 'Estado' sobre a 'Sociedade', ou vice-versa, representa uma dissociação imprópria destes dois termos e significa perder de vista o fato de que o problema aí situado não é um mero problema analítico, mas o foco básico em torno do qual se desenrola o próprio processo político no estádio em questão". [23]

Ele aceita assim que a temática do relacionamento entre o Estado e Sociedade é fundamental, "o foco real em torno do qual tem lugar o processo político no estádio tradicional ou pré-ideológico de desenvolvimento", mas prefere pairar acima dela. Em relação a meu próprio trabalho, ele me atribui uma perspectiva essencialista (o "original e permanente" sublinhado acima) e em nome dela recusa toda a validade da análise oferecida que pretende, exatamente, começar a enfrentar o "foco básico" e real de nossa problemática política.

Ora, não acredito que eu tenha proposto uma visão essencialista, ou culturalista, do problema. Se esta idéia transpareceu, ela está evidentemente equivocada. O relativo predomínio de um dos termos da antinomia sobre o outro é algo histórico, explicável por variáveis sociológicas bem determináveis. Por exemplo, o Brasil de hoje seria evidentemente bem distinto se a Revolução de 1932 tivesse obtido êxito. Há explicações de por que ela fracasou, mas elas têm pouco a ver com o caráter nacional, e muito com o processo histó-

rico que conduziu ao regime varguista em 1930.

Se é válido examinar o problema empírico do relacionamento entre Estado e Sociedade, e suas implicações na estruturação e evolução do sistema político-partidário, então é igualmente válido incluir outras variáveis na análise quando seja necessário. Não existe nenhuma dificuldade em pensar em uma dimensão da participação política que tem a ver com a interferência do Estado organizado no sistema político, outra que tem a ver com a organização de grupos de interesse, outra ainda que tem a ver com o processo de urbanização e modernização social, criando processos de mobilização, além de outras dimensões mais que possa ser conveniente acrescentar para a interpretação de realidades empíricas e historicamente dadas. [24]

Se concordamos, pois, com o aspecto central da temática Estado-Sociedade, temos certamente vários pontos de discordância e dúvida. Primeiro, não me parece convincente a definição de "desenvolvimento político" em termos de mercado, e seus componentes de solidariedade territorial e um pacto constitucional, fundamentando um mercado político competitivo. Me parece ainda menos convincente a idéia de estágios (tradicional, pré-ideológico, etc.); eles poderiam ser aceitos como valores de uma variável, estados possíveis em um contínuo teoricamente definido, mas há pouca evidência de que eles se refiram a algum processo real de estágios se sucedendo no tempo, ou que sejam muito úteis como instrumentos de análise. Finalmente, há uma discordância de tipo metodológico, ou, diria, de atitude: acredito que a preocupação centrada nos aspectos lógico-formais, ou analíticos de um modelo político ideal leva, no caso, a um certo acanhamento na análise de processos sociais reais, que se manifesta seja na crítica à discussão sobre a temática Estado-Sociedade, seja em uma imputação de sentido exageradamente apressada aos parcos primeiros resultados da pesquisa eleitoral de Minas Gerais.

Fernando Henrique Cardoso também busca uma sociedade que se organiza de forma sólida e autônoma, e que possa, assim, fundar um regime político aberto e participatório — mas encontra dificuldades por todas as partes. Ele sabe que o peso do voto de oposição tem muito de efeito circunstancial do próprio sistema bi-partidário: "a lógica do bi-partidarismo, *somada* a certo grau de liberdade e ao convencimento de que as eleições seriam para valer, levaria à vitória *estrondosa* do 'partido popular'. Este, no caso, foi o MDB". [25]

Mas para que o MDB possa ser realmente um partido de representação de interesses, "o caminho a percorrer é enorme", sendo preciso que "ele agregue, de fato, interesses das classes que nele votaram, que se organize e se vincule aos setores civis que apoiaram a linguagem que ele usou". [26] Além de o MDB estar longe de fazer isto, ele mostra ainda tendências a oligarquização interna, que limita as possibilidades de representação de interesses em seu próprio seio. Esta oligarquização "deu-se porque o condicionamento político nacional a favorece, dada a descrença que ela gera no sistema partidário e o descaso conseqüente na seleção de candidatos, bem como o desinteresse por parte de eventuais candidatos e das bases na renovação de quadros". [27] Isto não deixa de ser ver-

dade, mas ignora o teorema geral de Michels segundo o qual a tendência à oligarquização tem a ver com o próprio funcionamento interno das organizações político-partidárias. Pareceria, no entanto, que o MDB seria um partido de alta representatividade, não fosse o "condicionamento político nacional". E os partidos de antes de 1964?

Seria possível citar uma série de passagens onde para o autor o positivo é a participação política representativa, e o negativo são as formas clientelísticas, burocráticas, etc., de indução da participação política por máquinas governamentais ou mesmo partidárias. O MDB estaria longe de corporificar estes aspectos positivos, mas poderia representar uma tendência. E a Arena? O normal seria que ela se transformasse em um "partido conservador moderno", que também fizesse a representação de seus respectivos interesses, vinculando "este modernismo das classes dominantes — que desde logo deve reconhecer-se como ligado à grande empresa — aos setores da classe média urbana que eventualmente poderiam dar sustentação político-eleitoral ao partido do governo". [28]

Eis pois, finalmente, a proposta normativa de Fernando Henrique Cardoso, que não difere essencialmente da de Fábio Wanderley Reis: a implantação de um sistema representativo tanto à esquerda como a direita, a Arena representando "a grande empresa", o MDB os setores populares, etc. Com sistema bi ou multi-partidário, é o antigo sistema representativo que se apresenta como único candidato, se não possível, pelo menos desejável para dar saída ao impasse político com o qual nos confrontamos. E o Estado? Ele entregará docilmente aos ganhadores das liças eleitorais, a cada qual quando lhe toque?

Acredito que, assim como certas ideologias políticas se reduzem à constante lamentação sobre a imoralidade dos políticos, a corrupção dos governantes ou a falta de consciência política dos eleitores, também a sociologia eleitoral que se limite a detectar as deficiências do sistema político representativo só pode terminar como uma sociologia de lamentação. No entanto, esta não é a única, nem necessariamente, a melhor perspectiva possível. Seria conveniente colocar aqui, com certo detalhe, os termos de uma perspectiva alternativa, que me parece mais de acordo com a experiência histórica brasileira e seu possível encaminhamento. [29]

Partimos da questão da *representação política*. A representação política supõe a existência de grupos autônomos, orientados em função de interesses próprios e definidos internamente, seja qual for sua base de identificação — econômica, étnica, lingüística, religiosa, etc. O que a análise histórica sugere é que as elites regionais no Centro, Nordeste e, em certa medida, no Sul do país, tendem historicamente a se preocupar menos com a representação de seus interesses no centro político nacional do que em seu acesso a posições de poder e prestígio em um regime político centralizado. [30] Os esforços eventuais de autonomia local tendem geralmente a ser facilmente cooptados pelo centro, ou suprimido pelas elites locais com o apoio do governo central.

Isto leva a um segundo aspecto, relacionado ao primeiro, que é o da *natureza da atividade política*. Um regime político baseado na centralização do poder e cooptação de seto-

res mais ativos tende à excessiva burocratização e à política de distribuição de recursos entre clientelas eleitorais, enquanto que uma política de tipo representativo tende a responder de forma mais direta e explícita às demandas de seus constituintes e, por isto, a ser mais clara na definição de objetivos e políticas governamentais.

É importante pensar nestas categorias nao como entidades estanques, mas como elementos de um processo. A política cartorial e clientelística deve ser vista, assim, como uma resposta de uma administração centralizada de base patrimonialista a uma demanda crescente de participação por parte de grupos antes excluídos dos benefícios do poder. Ao cooptar, o centro se enfraquece, mas ao mesmo tempo tira a autonomia e independência dos cooptados, que de constituintes se transformam em clientes. A conseqüência é a formação de um sistema político pesado, irracional em suas decisões e presa de uma teia cada vez maior e mais complexa de compromissos e acomodações, até o ponto de ruptura. O Estado patrimonialista, clientelista, acomodador, é visto como uma reminiscência do passado, do tradicional, do conservador, e a necessidade de sua substituição por um novo tipo de ordenamento jurídico-político se impõe.

É aqui que o dilema dos dois modelos de organização política volta a surgir, e aqui também a visão de processo é essencial. Por um lado, o modelo representativista aparece como ideologia anti-estatal; é o liberalismo *à outrance*, que vê no Estado a fonte de todos os males, que propõe transformar definitivamente os clientes em constituintes, em fontes de poder, e o Estado em simples instrumento da vontade da maioria organizada. No Brasil, é a ideologia liberal que ainda há pouco se fazia ouvir através do Partido Libertador ou do udenismo clássico. Por outro lado é a tentativa de liberar o Estado de suas peias. O mal não estaria em sua participação ativa na vida nacional, mas sim em seus compromissos, seus clientes, sua sujeição, enfim, à "política partidária".

Cada lado tem sua razão, e o quadro só começa a se definir com mais clareza quando se toma em consideração um terceiro tipo de questão, que é a do papel da administração central na promoção do desenvolvimento econômico e social do país. O que podemos observar aqui é que, no Brasil, pelo menos desde 1937, o Estado tem sempre desempenhado um papel ativo e agressivo na implementação de algum tipo de política de desenvolvimento econômico e social, embora fustigado pela crítica liberal anti-intervencionista. É fácil ver como este tipo de crítica liberal não se limita aos aspectos freqüentemente irracionais, ineficientes e corruptos da política, mas se refere à própria noção da necessidade social de planejamento e coordenação nacional de recursos. [31] Desde este ponto de vista, a oposição ao Estado centralizado surge como uma versão retardada do liberalismo econômico do século XIX, florescendo em um enclave mais privilegiado de um país subdesenvolvido, dependente e organizado segundo moldes político-administrativos patrimoniais.

Eis, assim, um aparente paradoxo, que ressurge hoje em toda a discussão dos problemas de planejamento centralizado e distensão política: uma identificação de autoritarismo com ra-

cionalidade e eficiência, por uma parte, e entre participação política, liberdade, ineficiência e manutenção de situações de privilégio, por outra. Não será esta uma maneira equivocada de ver o problema?

O fato é que o sistema político liberal pode ser tanto uma forma de garantir a participação de setores cada vez maiores da sociedade na definição dos objetivos nacionais quanto, ao contrário, uma forma de garantir a prevalência de interesses estabelecidos em detrimento de setores sociais menos articulados. Por outra parte, sistemas políticos centralizados podem tanto ser uma forma de limitar a distribuição do produto social a um grupo restrito quanto, ao contrário, garantir que a vontade geral prevaleça sobre interesses minoritários mais articulados.

É possível pensar em duas maneiras de ver o quadro político brasileiro, que derivam destas duas perspectivas e suas bases sócio-econômicas. A primeira, liberal e anti-estatal, pensa no Estado como se legitimando através de um sistema democrático de representação de interesses, e produzindo, essencialmente, uma sociedade segura para o florescimento da iniciativa individual e a eficiência do sistema capitalista competitivo. Ela critica, assim, a tendência oposta como baseada no autoritarismo político, e tendo como produto a política de clientelismo e favoritismo pessoal.

A segunda ideologia política é simétrica a esta. Ela é intervencionista e centralizadora, e vê como fundamento de legitimação do governo a existência de uma política orientada para a maximização de objetivos coletivos e nacionais. Seu produto é um Estado centralizado, eficiente, utilizando as técnicas mais avançadas de planejamento econômico. Ela critica, assim, a política representativa como a que defende interesses privados e particularistas, e a livre iniciativa como a manutenção de desigualdades sociais e regionais. O debate político entre as duas tendências se refere, assim, ao sentido verdadeiro de cada face da moeda. É certo que a bandeira de representação política não passa de uma camuflagem para a defesa de interesses e privilégios de pequenos grupos? Todo o discurso político em termos de objetivos coletivos e nacionais não seria, na realidade, senão uma racionalização para o autoritarismo político? Os esforços de planejamento central e eficiência governamental não seriam, na realidade, simples roupagem para as políticas patrimonialistas e clientelísticas de sempre?

O que é importante notar é que, não somente as apreciações e avaliações diferem, mas que cada uma das versões captura um aspecto importante da realidade político-administrativa brasileira. É verdade que o Estado brasileiro tem sido, historicamente, o centro de onde emana o clientelismo político e a ineficiência, mas é também certo que, através da estrutura governamental, alguns objetivos importantes e a longo prazo têm sido estabelecidos e alcançados. É verdade que a bandeira da representação política e da descentralização tem sido historicamente relacionada com a política de interesses privatistas — mas é também verdade que ela tem sido útil para garantir a vigência de alguns valores básicos de liberdade e pluralidade, e com isto aumentar cada vez mais o escopo dos beneficiários presentes e futuros do desenvolvimento social.

O importante — e este é o problema político central que o país confronta — é unificar estas duas tendências no que elas têm de positivo. Este resultado — um sistema político eficiente, moderno, de ampla base de sustentação social, e buscando a realização de objetivos globais a longo prazo — só pode surgir quando a representação política deixe de se identificar com o apoio e a manutenção de interesses privados limitados, e, ao mesmo tempo, quando o Estado deixe definitivamente de ser uma burocracia patrimonial preocupada essencialmente com sua sobrevivência e se transforme em um agente efetivo e responsável de interesses sociais amplos.

Esta unificação deve ser efetivada, inclusive, no espaço, ou seja, quando as duas tendências deixem de responponder a clivagens políticas diferenciadas geograficamente. Isto significaria dar uma base representativa adequada ao processo de coordenação e planejamento nacional, de tal forma que este processo seja adequadamente controlado para evitar a ineficiência e o autoritarismo, e, ao mesmo tempo, fazer com que a política representativa seja de tal forma relacionada com os interesses mais gerais da sociedade que estes prevaleçam sobre a lógica dos interesses particulares de grupos privilegiados.

Existe, assim, um duplo trabalho a ser desenvolvido: transformar as estruturas e atitudes políticas nos dois lados da divisão regional e ideológica do país; desburocratizar, tornar menos autoritária e clientelística a ação do Estado, e tornar menos privatista e conservadora a política representativa. É difícil prever como este trabalho evoluirá e não há dúvida de que, em sua essência, estes serão os termos do debate político que nos espera. [32]

A partir de toda esta discussão, que conclusões podemos tirar a respeito dos estudos eleitorais a serem realizados no futuro?

Antes de mais nada, existe um lugar importante para a sociologia política mais tradicional. É importante saber quais são os determinantes mais gerais do voto de governo e de oposição, sua distribuição no espaço e em função de variáveis clássicas como *status* sócio-econômico. É importante determinar quais os componentes variantes e invariantes do voto, e traçar, assim, o mapa histórico do comportamento político do eleitorado brasileiro. Seria interessante garantir, aqui, uma certa homogeneidade de critérios e metodologias, para que a comparabilidade no espaço e no tempo seja possível. [33]

Depois, creio que seria importante trabalhar mais sistematicamente o aspecto comparativo interestadual. Será verdade que existe uma diferença profunda entre São Paulo e o resto do Brasil, que não se explica simplesmente por variáveis tipo renda, educação e *status* sócio-econômico? Isto é controlável estatisticamente, e poderia ser feito. Outras perguntas não podem ser respondidas no nível dos estudos eleitorais, e exigem pesquisas sobre o próprio funcionamento dos partidos, a seleção dos candidatos, etc., tal como o feito por Cardoso para São Paulo. Como se organizam os partidos, em seus diversos níveis? Que bases políticas têm os candidatos? Qual sua origem? etc.

A comparação entre estados poderia ajudar a responder algumas questões sobre o relacionamento entre o desenvolvimento econômico e as formas de organização política. Por

exemplo, eu havia sugerido, anteriormente, que existe uma ligação entre uma política patrimonial, clientelística, etc., e decadência econômica. Ao fazê-lo, não fiz mais do que retomar a tese clássica de Victor Nunes Leal sobre o coronelismo como conseqüência do enfraquecimento do poder local ante a penetração cada vez maior do Estado. Isto é contestado para Minas Gerais por José Murilo de Carvalho, ao afirmar que "a política oligárquica em Minas se liga mais a uma situação de dinamismo econômico, ao passo que a fase de estagnação econômica estava mais próxima de uma política pluralista". [34]

As análises de José Murilo de Carvalho, sempre cuidadosamente baseadas em fontes diretas, indicam um importante caminho a seguir e uma dificuldade menor a evitar. O caminho a seguir é, exatamente, o de colocar em questão proposições aparentemente "óbvias", à luz dos fatos. Se oligarquização está ligada ao desenvolvimento econômico, e vice-versa, isto coloca em questão a idéia de que uma política pluralista e de representação de interesses tende a acompanhar o fortalecimento econômico da sociedade. As implicações são importantes. Como estas idéias ajudam a entender o que vem acontecendo na política nordestina no Brasil, a partir dos esforços de injetar recursos naquela área? Em que medida fenômenos como o voto de oposição em São Paulo e Minas Gerais, em 1974, se explicam em sua semelhança ou diferença pelo quinhão que cada um dos estados vêm recebendo do desenvolvimento dos últimos anos? Que esperar se uma recessão econômica se acentuar a partir do ano próximo?

É bastante provável que a consideração sistemática destas questões leve a uma visão bastante mais complexa das coisas. Deve ficar claro, logo de início, que "desenvolvimento econômico" é uma expressão ampla demais para ter um impacto político unívoco. Que tipo de desenvolvimento, baseado em que forma de concentração de recursos, distribuído de que maneira, etc., são qualificações óbvias que poderiam eventualmente conciliar as proposições clássicas de Victor Nunes Leal e as constatações irrefutáveis de José Murilo de Carvalho.

A dificuldade a evitar é a proposição, sempre verdadeira mas nem sempre muito útil, de que "as coisas são mais complexas". "Não levar em conta esta complexidade e não projetá-la sobre o comportamento dos grupos políticos parece ter sido um dos principais descuidos de vários autores mencionados", diz Murilo de Carvalho em sua conclusão. [35] O problema é que a complexidade, se permite uma explicação casuística adequada dos eventos, pode também conduzir a uma perda do sentido do processo que estamos tratando de entender. A análise social sempre se faz por abstração, a realidade é por definição sempre mais complexa do que as representações que dela fazemos, mas a busca de idéias e proposições simples e de forte poder preditivo explica, mais que simples "descuidos", o abandono aparente da complexidade das coisas. O importante é tirar as conseqüências teóricas dos fatos que vamos conhecendo e integrando progressivamente.

Um último ponto, que creio importante assinalar, é que os estudos eleitorais são somente um dos aspec-

tos, e não necessariamente o mais importante, para o entendimento dos processos políticos, tanto em si mesmos quanto em função da efetivação de valores que o analista possa ter. Conhecemos suficientemente, hoje, de sociologia eleitoral para não nos iludirmos quanto à capacidade dos sistemas eleitorais de gerarem e garantirem formas políticas adequadas. Pessoalmente, acredito que a existência de sistemas eleitorais competitivos são uma condição necessária, mas nunca suficiente, para garantir uma sociedade quanto a formas abusivas de oligarquização e monopolização de recursos sociais e econômicos por grupos restritos.

Se isto é assim, os estudos eleitorais deveriam ser colocados em um contexto que examinasse de forma bem mais ampla as possibilidades de participação social que a sociedade brasileira vem ou não oferecendo, não só na esfera estritamente político-partidária, mas também em outras formas de participação no setor produtivo, na organização do espaço residencial e habitacional — as sociedades de bairro, por exemplo, — no sistema de consumo, no sistema educacional e de circulação de informações, em estruturas organizacionais administrativas dentro do governo ou fora dele, em relação ao sistema judiciário, etc. A separação entre uma "esfera política" e as demais esferas da vida social transforma a vida política em um ritual vazio de conteúdo, dispendioso, e, essencialmente, inútil para governantes e governados. É na medida em que a sociedade desenvolve a capacidade de participação de seus cidadãos em muitas áreas diferentes, reestabelecendo de forma efetiva o vínculo perdido e oculto pela tradição liberal entre Estado e Sociedade, que o sistema eleitoral pode, eventualmente, recobrar ou conquistar o seu sentido de manifestação consciente e estruturada de valores sociais. Até lá — ruim com ele, pior sem ele — o funcionamento contínuo do sistema eleitoral e seu estudo livre de mitos poderão, esperamos, contribuir ao desenvolvimento de uma sociedade cada vez menos injusta e mais equitativa.

Notas

1. Simon Schwartzman, "Representação e Cooptação Política no Brasil", *Dados 7*, 1969. Rio de Janeiro.

2. Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional*, (São Paulo, Difel, 1975).

3. Para uma discussão mais aprofundada da diferença entre os dois níveis de análise, *Cf.* S. Schwartzman, "Back to Weber: Corporatism and Patrimonialism in the Seventies", em James M. Malloy (ed.), *Authoritarianism and Corporatism in Latin America* (Univ. of Pittsburg Press., 2976).

4. *Cf.* Adam Przeworski e John Sprague, *Party Strategy, Political Ideology, and Class Voting, mimeo*, 1975.

5. Fábio Wanderley Reis, "Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva", *Cadernos DCP 2*, Dez. 1974, p. 53.

6. *Cf.* Glaucio A. D. Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, (São Paulo: Difel, 1973).

7. Fernando Henrique Cardoso, "Notas sobre Estado e Dependência", *Cadernos CEBRAP 11*, 1973 ("Estado e Sociedade no Brasil", apresentado inicialmente em maio de 1972), p. 5.

8. *Ibid.*, pp. 9-10.

9. *Ibid.*, pp. 10-11.

10. "Todas as principais leis de reforma social, tais como a abolição do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei da Abolição, a Lei de Terras Públicas, todas foram aprovadas por ministérios e câmaras conservadores". "A complexidade da composição dos partidos monárquicos produzia, então, uma situação em que o Partido Liberal formulava as reformas mas não conseguia pô-las em prática, ao passo que o Partido Conservador as punha em prática mas à custa da unidade partidária". José Murilo de Carvalho, "A Composição Social dos Partidos Imperiais", *Cadernos DCP 2*, 1974, p. 28.

11. O texto, literalmente, é o seguinte:

    A ordem econômica se fazia elemento condicionante do jogo político (sem determiná-lo mecanicamente: já se escreve estas coisas com certa vergonha, de tão óbvias), não porque a burocracia imperial tivesse — outra obviedade — origens de classe (nota 9), mas porque a estruturação social e política do Império *em seu conjunto* é impensável sem a escravidão". (Nota 9: mesmo porque, graças à "indeterminação relativa da ordem política" — expressão vaga e contraditória que tem a magia de "comunicar a mensagem" — os burocratas podem em circunstâncias dadas fazer seu jogo próprio, apesar de suas ligações de classes). *Ibid*, pp. 10-11.

12. Fernando Henrique Cardoso, "As tradições do Desenvolvimento Associado", *Estudos CEBRAP* n.º 8, abril-junho de 1974.

13. "Partidos e Deputados em São Paulo: O Voto e a Representação Política" publicado em F. H. Cardoso e B. Lamounier, *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, (Rio: Paz e Terra, 1975).

14. *Ibid*, p. 47.

15. *Ibid*, p. 50.

16. *Ibid*, p. 56.

17. Bolivar Lamounier, "Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente" em F. H. Cardoso e B. Lamounier, *Os Partidos e as Eleições no Brasil*.

18. Hélgio Trindade, "Padrões Eleitorais no Rio Grande do Sul", em F. H. Cardoso e B. Lamounier, *Os Partidos e as eleições no Brasil*.

19. Fábio Wanderley Reis, "O Institucional e o Constitucional — Responsabilidade e realismo na análise do processo político brasileiro", mimeografado. A análise dos resultados da pesquisa eleitoral se encontra em "As eleições em Minas Gerais", trabalho incluido na coletânea de F. H. Cardoso e B. Lamounier. A referência é do primeiro trabalho, p. 14.

20. *Op. cit.*, p. 15.

21. F. W. Reis, "Brasil: 'Estado' e 'Sociedade' em perspectiva", *Cadernos DCP 2*, 1974, pp. 35-74.

22. *Ibid*, p. 51.

23. *Ibid*.

24. Para Fábio W. Reis, no entanto, a inclusão destas variáveis seria um "jogo de palavras", que equivaleria a reconhecer a dificuldade da percepção do processo político brasileiro como algo "peculiar". Esta dificuldade só incomodaria, evidentemente, a quem tivesse a visão essencialista que ele me atribui. Mas o importante aqui é que o resultado final de toda esta discussão abstrata é deixar de lado, sem exame, proposições muito específicas: no caso, a idéia de que todo processo de mobilização do período 45-64 deve ser entendido no contexto da polaridade cooptação-representação, sem a qual fenômenos como a distribuição regional dos partidos nacionais, a debilidade da política representacional, etc., não se explicam. *Cf.* Fábio W. Reis, *ibid*, pp. 52-53.

25. *Op. cit.*, p. 19.

26. *Ibid*.

27. *Ibid*, p. 23.

28. *Ibid.*, p. 43.

29. A parte que se segue desta seção é adaptada de S. Schwartzman, "Perspectivas políticas para o Brasil: Planejamento e Responsabilidade", Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1975.

30. Isto em contraposição aos esforços relativamente mais expressivos de participação política por representação de interesses na área paulista, como tenho insistido em dizer. Uma variável importante, aqui, são os vínculos externos desta burguesia, que podem pressumivelmente ter contribuido para reduzir a importância destes esforços. Sobre as relações entre São Paulo e o centro político nacional no período de expansão industrial, veja Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo* (Difel). Para as relações entre São Paulo e a economia internacional, veja Joseph L. Love, "External Financing and Domestic Politics: the Case of São Paulo, Brazil ,1889-1937", em Robert E. Scott (ed.), *Latin American Modernization Problems* (Univ. of Illinois Press, 1973, p. 236-259). Para o Nordeste Brasileiro, veja Aspásia Alcântara de Camargo, *Brésil Nord-Est — Mouvementes Paysan et Crise Populiste* (Université de Paris, École Pratique des Hâutes Études. 1973, *mimeo)*.

31. Veja, por exemplo, o tom dos recentes ataques na imprensa liberal contra os "tecnocratas" e a "estatização" da sociedade brasileira.

32. Na realidade, a questão do relacionamento entre o liberalismo político e as formas mais capitalistas de organização social encontra sua discussão mais plena nos termos sugeridos por Cesar Guimarães em outro artigo nesta revista. Essencialmente, ele mostra que, conforme o momento histórico do surgimento do capitalismo, em suas relações com organizações políticas estarais. pré-existentes, diferentes conseqüências políticas podem emergir. O primeiro tipo sugerido, de "capitalismo politicamente implementado", corresponde ao modelo clássico de política representativa. Nos outros dois, no entanto, pareceria que a bandeira liberal deixa de existir, ou passa a figurar somente como uma justificação ideológica que encobre uma orientação política autoritária. Esta expres-

são, na realidade — "capitalismo autoritário" — é utilizada por Otávio Guilherme Velho em seu trabalho sobre "Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento" (*Dados* 13, 1976). *Cf.* Cesar Guimarães, "Empresariado, Tipos de Capitalismo e Ordem Política", neste número.

33. Seria interessante, neste contexto, fixar um conjunto de indicadores comprovadamente testados de tendências e processos. Hélgio Trindade, em seu trabalho, utiliza um "índice de evolução" do voto e um outro de "tendência evolutiva". A interpretação dos resultados fica difícil por falta de uma validação dos índices e uma discussão mais formal de seus limites de variabilidade, mas esta metodologia poderia ser facilmente definida e adotada de forma sistemática para fins comparativos

34. José Murilo de Carvalho. "A Composição Social dos Partidos Imperiais", *Cadernos DCP* 2, 1974, p. 25.

35. *Ibid.*, p. 29.

As Eleições e o Problema Institucional (2): A Revolução é a Geral Cooptação (*)

Fabio Wanderley Reis

Simon Schwartzman escreveu, há alguns anos, um artigo que rapidamente se tornou um pequeno "clássico" das ciências sociais brasileiras, ocasionando a retomada do velho debate sobre Estado e Sociedade no país e sendo objeto de freqüentes referências. [1] Incorporado ao texto de sua tese de doutorado, apresentada à Universidade da Califórnia em 1973 e recentemente publicada no Brasil, com algumas reformulações, sob o título *São Paulo e o Estado Nacional*, [2] o tema do artigo é agora retomado por Schwartzman no trabalho que se publica no presente número de *Dados*, onde lhe parece oportuno deter-se na crítica de trabalhos recentes de outros autores que giram em torno de temas afins. Fernando Henrique Cardoso e eu próprio somos os alvos principais dessa disposição crítica.

Apesar da honrosa companhia em que me coloca, o que Schwartzman tem a dizer a meu respeito não me deixa contente, e tenho dois objetivos nestas notas: o de apontar o que me parece haver de apressado e meramente polêmico na leitura que faz Schwartzman de alguns de meus próprios trabalhos recentes e o de expor certas dificuldades básicas que julgo estarem envolvidas na abordagem por ele proposta.

"Não li e não gostei" é forma conhecida de se exprimir uma atitude freqüentemente encontrada entre os especialistas brasileiros em Ciências Sociais com respeito ao trabalho de seus colegas nacionais ou estrangeiros. Não tenho razões para duvidar de que Schwartzman tenha lido os textos de minha autoria que critica. As críticas feitas, porém, me parecem ilustrar o fato óbvio de que é possível ler de maneiras diversas: com maior ou menor atenção, por exemplo, ou ler de menos e, talvez, até demais.

Alertemos rapidamente para as conseqüências disso, antes de passar-

---

* Nota da Redação: Este texto foi recebido antes do artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, "As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro", e por isto deixa de se referir a ele.

mos a pontos de maior interesse substantivo. Uma frase como a seguinte: "...a questão do relacionamento entre Estado e Sociedade passa a ser um 'simples' problema de ajuste e aperfeiçoamento da máquina governamental em estágios inferiores" — que ocorre em passagem em que Schwartzman se propõe mostrar "um problema mais fundamental, que tem a ver com o tipo de análise desenvolvida por F. W. Reis" — corresponde apenas a uma interpretação inexata e desatenta que *ele próprio* faz do que eu digo. O fato de que ela venha entre duas transcrições literais de frases minhas, inclua uma palavra entre aspas que eu mesmo *não* emprego em qualquer lugar e seja seguida por um "E prossegue:..." com toda probabilidade induzirá o leitor a acreditar que eu escrevo quase literalmente aquilo. Ela certamente não faz justiça, porém, à caracterização que apresento, apenas algumas páginas antes *no mesmo texto* citado por Schwartzman nessa passagem, do problema da "institucionalização do poder", onde a proeminência assumida por problemas relativos à emergência e consolidação da aparelhagem estatal em determinada fase do processo de desenvolvimento é *expressamente* vinculada (1) a problemas de ordem ecológica; (2) a fatores como a estrutura de comunicações; (3) à intensidade e ao caráter das transações econômicas; e (4) à dimensão simbólica, "aos símbolos de toda ordem nos quais se funda a pretensão de determinada aparelhagem governamental de vir a constituir-se em centro de decisões efetivas em todo o âmbito de determinado território".[3] Pretender ver aí meramente um problema de "ajuste e aperfeiçoamento da máquina governamental" seria sem dúvida ler de menos, não fosse o que há de ler demais no recurso entre aspas a palavras que eu não uso. Sem falar de que, em longa nota de rodapé que antecede imediatamente a essa mesma passagem, eu me desculpo com o leitor por ter que ser sucinto quanto à discussão conceitual nesse trabalho particular e o remeto a um texto publicado anteriormente, onde tal discussão se faz de maneira minuciosa e mesmo problemas de manipulação ideológica são considerados em conexão com a idéia de institucionalização do poder.

Isso será talvez suficiente como advertência preliminar quanto ao cuidado posto por Schwartzman na apresentação ao leitor das idéias que critica. Passando à substância da crítica, três pontos principais, embora relacionados, podem ser distinguidos na discussão feita por ele dos textos de minha autoria a que se refere: (a) a interpretação dos resultados eleitorais de 1974; (b) o problema das relações entre Estado e Sociedade, cuja discussão é estendida na direção de uma avaliação do que ele supõe ser minha postura metodológica; e (c) a "proposta normativa", que eu compartilharia com Fernando Henrique Cardoso, não apenas de "implantação de um sistema representativo tanto à esquerda quanto à direita", mas do "antigo sistema representativo". Deixarei inteiramente de lado o último ponto, pois simplesmente não vejo de onde, em meus textos, poderá ter Schwartzman extraído tal inferência — ele próprio não dá qualquer indicação a respeito — e não me parece que esta seja a ocasião adequada para explicitar o que possa corresponder a minha pro-

posta normativa. Tomemos, porém, os demais aspectos.

Quanto à interpretação dos resultados de 1974, é difícil desenredar o emaranhado de equívocos produzido pela leitura desatenta de Simon Schwartzman. Várias das afirmações que me são atribuídas não correspondem seja à intenção ou à forma das proposições que se encontram em meus textos a respeito.[4] Assim, eu *não* digo que "o voto do MDB se caracteriza por alguns temas específicos referidos às regras de participação no jogo político", nem que haja "uma ampla consciência de temas de organização política". Ao contrário, a interpretação do voto de 1974 em termos de voto "constitucional" está *explicitamente* referida à *combinação* de duas constatações básicas: por um lado, a falta de informação e o alheamento com respeito a temas políticos específicos de qualquer natureza, em particular aqueles que marcam o debate político cotidiano da atualidade — alheamento este que é enfaticamente destacado, quer se trate de problemas de organização política (o AI-5 seguramente envolve questões de organização política) ou de problemas políticos de outra ordem; por outro lado, a correlação do voto com variáveis como renda e idade, conjugada com as imagens dos partidos que os dados analisados revelaram existir na mente da grande maioria dos eleitores, a saber, a percepção do MDB como o partido dos "pobres", dos "trabalhadores" ou do "povo", em contraste com a visão da Arena como o partido dos "ricos", da "elite" ou do "governo". Tais fatos são tomados como indicando a existência — e a relevância para a determinação do comportamento eleitoral — da percepção (sem dúvida turva e singela, o que também é repetidamente salientado) de certas linhas básicas de interesses que diferem e eventualmente divergem. A justificativa para a designação "constitucional" aplicada ao voto assim caracterizado está na introdução prévia da distinção, reformulada a partir de sugestão tomada de James Buchanan e Gordon Tullock, entre os níveis operacional e constitucional da vida política, correspondendo o primeiro àquele em que emergem interesses circunstanciais que resultam das vicissitudes do processo político cotidiano e o segundo tendo a ver com alguma forma de se acomodarem — qualquer que seja a dosagem relativa de coerção, manipulação ou consenso envolvida em tal acomodação — as relações entre núcleos mais estáveis de interesses (tais como as classes sociais) e com as maiores ou menores garantias de realização dos interesses correspondentes aos diferentes núcleos no dia a dia do jogo político. A suposição envolvida nessa caracterização do comportamento dos eleitores é a de que o voto que se associa simultaneamente com alheamento frente às questões do cotidiano político e com a percepção da correspondência entre partidos e interesses de categorias abrangentes e estáveis pode ser tomado como referido a desígnios constitucionais, ainda que não haja nitidez na apreensão das conexões entre as proposições através das quais o MDB expressou seu rechaço às formas de organização política prevalecentes e as oportunidades que tais formas oferecem à realização dos interesses de amplas camadas ou setores da população — outro ponto destacado nos textos criticados.

Talvez essa interpretação seja discutível. Mas é certamente insuficiente que Schwartzman, após substituir ele próprio os matizes e qualificações de um argumento de certa complexidade por algumas afirmações rombudas que eu não faço, anuncie achar "muito difícil" aceitá-las "sem maiores qualificações". Mas na verdade Schwartzman faz mais do que isso. Primeiro, adotando um estilo que ele mesmo ironiza em Fernando Henrique Cardoso (que acusaria outros autores "de, sem mais nem menos, ignorarem que havia escravidão no Império!"), Schwartzman me acusa de ignorar certos problemas elementares de metodologia de *surveys,* e adverte magistralmente: "Eu buscaria problemas metodológicos nestes dados (talvez entre preferências manifestas entre alternativas apresentadas, por um lado, e perguntas abertas, por outro) . . .". Em seguida, após nova simplificação em que minha tentativa de relacionar os padrões observados nos dados de Belo Horizonte a outras regularidades do comportamento eleitoral brasileiro é transformada na afirmação algo grotesca de que o voto oposicionista *de Minas Gerais em 1974* "permite predizer o progressivo desmoronamento de qualquer projeto político baseado exclusivamente no poder do Estado", recomenda ele a comparação dos resultados de 1974 com os de anos anteriores, de outros estados e de outros países.

Quanto a problemas metodológicos, certamente não tenho razões para pretender que as inferências que retiro estejam a salvo deles. Gostaria apenas de destacar, porém, que as informações sobre as imagens dos partidos — ponto em que se baseia, através de sua combinação com os correlatos do voto em termos de estratificação social e com o alheamento frente a questões políticas específicas, a interpretação que é objeto da crítica de Schwartzman quanto a este aspecto — foram obtidas através de uma pergunta *aberta* sobre as diferenças que os eleitores entrevistados percebiam existir entre os partidos, tendo sido posteriormente classificadas quanto ao seu conteúdo as respostas formuladas pelos entrevistados em seus próprios termos. O mesmo se aplica às demais perguntas envolvidas na interpretação proposta (sobre informação política, sobre razões para escolha de candidato e para preferência partidária e sobre "dificuldades" vividas pelo país, que são aquelas onde se evidencia a reduzida saliência das questões do debate político-eleitoral na consciência dos eleitores). A única pergunta precodificada que menciono na passagem relevante de meu texto [5] (sobre coisas como governo eficaz versus governo eleito, desenvolvimento versus distribuição etc., mencionada para indicar que, quando colocados diante de opções claramente estabelecidas, bem ou mal os entrevistados tendem em sua grande maioria a escolher as alternativas que envolvem avaliação crítica das condições prevalecentes no país) não é tomada como algo que negue a desinformação e o alheamento existentes, cujo reconhecimento é parte importante de meu próprio argumento. Schwartzman teria, portanto, que buscar *outros* problemas metodológicos em meus dados.

Quanto à recomendação de que eu trabalhe mais e compare os resultados de 1974 com outros, já está sem dúvida aceita. Entre outras coisas, estou no momento empenhado, juntamente com Bolivar Lamounier, Hé-

gio Trindade, Olavo Brasil de Lima Jr. e outros, num estudo comparativo das eleições de 1976 em quatro estados, o qual visa precisamente esclarecer questões que resultam de pesquisas anteriores — e fica aqui o convite renovado a Simon Schwartzman para que se integre à tarefa. Não obstante, há em meus textos indicações pelo menos aparentemente plausíveis que não são discutidas por Schwartzman, que prefere ver neles "uma imputação de sentido exageradamente apressada aos parcos primeiros resultados da pesquisa eleitoral de Minas Gerais": por exemplo, a de que a vitória emedebista de 1974 pode ser vista como a retomada de tendências que, anteriormente a 1964, se evidenciavam, entre outras coisas, na trajetória do PTB — o que encontra apoio e se mostra com maior nitidez em análises de outros estados, como as de Hélgio Trindade para o Rio Grande do Sul. [6] Além disso, podem ser lembradas eleições como as de 1965 na Guanabara e — precisamente — em Minas Gerais, cuja comparação com 1974 em algumas análises preliminares revela a identidade de padrões e a *intensificação* de sua nitidez entre os dois momentos. [7] Para nos atermos a Minas, a comparação das porcentagens de votos dados a Israel Pinheiro em 1965 e a Itamar Franco em 1974 por diferentes categorias de municípios constantes de uma tipologia sócio-econômica dos municípios do estado mostra não apenas que tais porcentagens aumentam em ambos os casos à medida que passamos dos municípios mais atrasados para os mais desenvolvidos, mas também que isso se dá de maneira bastante mais clara na última eleição: as diferenças entre as categorias extremas de municípios são de 55 pontos percentuais no caso de Itamar Franco, contra apenas 36 pontos no de Israel Pinheiro. Certamente isto não é evidência *contra* a atribuição de um caráter mais "constitucional" às eleições de 1974, se se entende adequadamente o que se pretende sugerir com esta designação. Pode-se acrescentar ainda, quanto ao "apressado" das inferências relativas aos dados mineiros, que os padrões que emergem do *survey* de Belo Horizonte em 1974 e de dados como os que acabamos de mencionar se corroboram em geral nas análises feitas, para São Paulo, por Bolivar Lamounier, também com dados de *survey* executado na capital na mesma época, e por Vilmar Faria, em estudo relativo às variações inter-regionais do voto de 1974 naquele estado. [8]

Passemos agora ao que Schwartzman tem a dizer com respeito ao problema "mais fundamental" que ele encontra no "tipo de análise" que eu desenvolvo e à questão de Estado e sociedade. Infelizmente, aqui como em outras passagens Schwartzman com freqüência substitui a argumentação e o esforço de persuasão intelectual por simples declarações de que não acredita nisto ou naquilo, ou de que isto ou aquilo não lhe parece convincente ou útil, mas isso não nos impede de tratar de desfazer os equívocos que transparecem.

Schwartzman começa por afirmar que eu, preocupado com desenvolvimento político, deixo de lado "o método de análise que busca pensar a partir de antinomias e contradições mais gerais dentro da sociedade, em benefício da análise de dimensões teoricamente deduzidas que permitam aferir a proximidade ou afastamento de um estado de coisas

considerado ideal". Várias observações são pertinentes.

Em primeiro lugar, o texto a que se refere Schwartzman neste trecho [9] principia com uma *argumentação* relativamente extensa sobre o interesse da noção de desenvolvimento político, as dificuldades do tratamento convencional que lhe tem sido dado na literatura e as razões que justificariam dar-lhe o tratamento que eu proponho, argumentação esta que ele não se dá ao trabalho de discutir e refutar. Em segundo lugar, a mera constatação de que eu recorro a um procedimento análogo ao da construção de tipos ideais não é, evidentemente, suficiente para desqualificá-lo: por um lado, uma respeitável tradição das Ciências Sociais pode ser invocada em favor dessa forma de proceder; por outro, eu sustento, no arrazoado que Schwartzman preferiu ignorar, que ela seria especialmente indicada no que se refere a problemas de desenvolvimento político, onde a necessidade de recorrer a padrões suficientemente abstratos para escapar às armadilhas do etnocentrismo e de evitar, ao mesmo tempo, as dificuldades associadas à busca de "leis gerais de mudança" demasiado abrangentes recomendaria o emprego de uma abordagem que proponho chamar "normativa" e que afirmo poder ser inferida — de maneira compatível com a exigência de inter-subjetividade — de uma adequada conceituação do "problema político fundamental" ou do próprio objeto da Ciência Política. Em terceiro lugar, nada há que justifique a sugestão, contida na formulação de Schwartzman, da existência de oposição ou incompatibilidade entre um trabalho teórico que se pretenda rigoroso, por um lado, e a ênfase em "antinomias e contradições mais gerais dentro da sociedade", por outro. Finalmente, meus trabalhos recentes sobre desenvolvimento político representam, acredito, uma demonstração de que tal incompatibilidade não existe, pois, buscando o rigor no processo de construção teórica, partem precisamente dos dilemas da "ação coletiva" (que inclui coisas tais como a ação de classes), da divergência de interesses — e da autonomia fundamental dos agentes políticos que ela implica — como característica por excelência da coexistência política e como fundamento da ilegitimidade potencial de toda relação de dominação. As contradições e a dialética entre solidariedade e interesse, ou entre a *produção* social de poder (seja ao nível de grupos, classes ou da coletividade como um todo) e a *distribuição* de poder, são um traço crucial da análise que se desenvolve a partir daí. [10] Assim, à observação de cunho metodológico que faz Schwartzman, segundo a qual minha preocupação estaria "centrada nos aspectos lógico-formais ou analíticos de um modelo político ideal", seria possível contrapor algo como a advertência de Sartre em "Question de Méthode": " *il ne faut pas confondre le papillotement des idées avec la dialectique*". [11] E à acusação (idem) de que esta preocupação leva a um "acanhamento na análise de processos sociais reais, que se manifesta (. . .) na crítica à discussão sobre a temática Estado-Sociedade" [12] (acusação que, de novo, Schwartzman se dispensa de fundamentar por referência aos termos concretos da interpretação que proponho e da análise de dados que faço a respeito), cabe ponderar que é de se presumir que estejamos mais bem preparados para a análise de

processos reais, como veremos adiante, se estivermos equipados com modelos teóricos de níveis de complexidade e abstração adequados do que se tivermos que recorrer a simples padrões de formas de participação política erigidos em modelos de explicação.

Não discutirei aqui, pois exigiria a retomada de argumentos complexos longamente elaborados em textos já publicados,[18] as afirmações de Schwartzman de que não lhe "parece convincente" a definição de desenvolvimento político que proponho e de que lhe "parece ainda menos convincente" a idéia de estádios. Talvez não seja demasiado otimismo esperar que os leitores deste debate se disponham eventualmente a ler os textos pertinentes com maior disposição de digerir os argumentos apresentados do que a que é manifestada por Schwartzman. Vejamos, contudo, a questão de Estado e Sociedade no Brasil.

Schwartzman assinala que eu aceito a temática do relacionamento entre Estado e Sociedade como fundamental, mas prefiro "pairar acima dela". Deixemos de lado o que há de vago nesta última acusação; é bastante claro que, em certo sentido, o problema das relações entre Estado e Sociedade *é* fundamental, e o que eu procuro fazer é colocar o problema em termos adequados — em termos mais adequados, para ser preciso, do que a reiterada tendência a diagnosticar o processo político brasileiro como envolvendo o predomínio originário e permanente, para retomar uma expressão que Schwartzman destaca, de um desses pólos sobre o outro. Contudo, Schwartzman obviamente não entendeu o sentido das passagens que cita como comprovação de minha aceitação da temática. Duas são as passagens citadas, e em ambos os casos me estou referindo explicitamente ao que designo como a fase tradicional ou pré-ideológica da vida política brasileira. Com todas as qualificações que se faz sempre necessário agregar a este tipo de formulações, e que estão presentes no texto discutido por Schwartzman a respeito, a idéia geral é a de que, *nessa fase,* devido a fatores como a precária integração territorial, o limitado desenvolvimento e a ausência de mobilização sócio-política, o problema que assume relevância é precisamente o problema da integração, ou, no vocabulário que proponho, o da institucionalização do poder, envolvendo — evidentemente sem a simplificação introduzida por Schwartzman e que levaria a ver aí meramente um problema de "ajuste da máquina governamental" — a questão da capacidade que manifeste a aparelhagem do Estado de se erigir em centro de decisões que se mostrem efetivas junto à coletividade como um todo, tanto em sua base territorial quanto em sua dimensão propriamente social. O ponto crucial — diante da tendência a ver aí seja o predomínio incontrastado do Estado ou do "estamento burocrático", seja o vigor indomável da sociedade ou da "ordem privada" — é o de que os esforços de solução desse problema envolvem tensão e compromisso, de que há forças sociais distintas que puxam em direções diferentes e de que — apesar de os principais protagonistas do processo estarem restritos a determinados níveis da estrutura social, dada a não ocorrência de mobilização social — os resultados do jogo de cabo-de-guerra assim estabelecido não estão determinados de antemão. Outro ponto importante é a idéia de que, nas

condições ecológicas e infra-estruturais próprias da criação de novas sociedades em territórios amplamente despovoados como conseqüência da expansão colonial das potências européias, que correspondem ao caso brasileiro, o processo de produção social de poder, que inclui o processo de *state-building* como aspecto saliente, passa necessariamente através da criação de núcleos *locais* de poder, donde a característica necessariamente tensa e contraditória, em certos aspectos decisivos, dos desenvolvimentos correspondentes. Daí ser possível dizer, como eu digo, que "o problema aí situado não é um mero problema analítico, mas o foco básico em torno do qual se desenrola o próprio processo político no estádio em questão" — o que quer dizer que não se trata aqui simplesmente de que os analistas se debrucem sobre os períodos correspondentes da história brasileira e proclamem "é o Estado, o estamento burocrático", ou "é a Sociedade, a ordem privada", pois o que temos é o *fato* da luta entre forças diversas e em grande medida conscientes do que estava em jogo, na qual a emergência de um poder efetivo do Estado se dá gradual e penosamente, através de avanços e recuos. Daí também a plausibilidade aparente, como conseqüência precisamente da falta de correspondência ou de superposição efetiva entre a aparelhagem do Estado e a coletividade, tanto das teses que destacam a autonomia dos núcleos privados quanto das que afirmam a independência da aparelhagem do Estado.

Mas há outro aspecto pelo menos igualmente importante para marcar o que pode haver de distintivo no que proponho a respeito do assunto. A saber, a idéia de que, a partir de determinado momento — ou seja, a partir do momento em que o processo veral de desenvolvimento econômico e social cria *tanto* as condições para a efetiva afirmação do Estado como núcleo de poder *quanto* as condições para a emergência de novas categorias e classes sociais como atores potenciais no processo político, este último *muda* de natureza. Não se trata mais de um processo que possa ser visto como tendo o seu ponto nevrálgico no problema da integração, isto é, na afirmação de um desígnio integrador basicamente contra os desígnios de autonomia de atores políticos que por sua extração social se assemelham aos representantes do Estado que se consolida, ainda que os interesses de outras categorias sociais figurem também como ingredientes na composição de coalizões. Diversamente, o problema que agora assume relevância é o que pode ser descrito como o problema da igualdade, ou da participação social e política das categorias de mobilização recente, problema este que *tende* a envolver o questionamento da forma de organização social e política resultante do processo prévio de institucionalização do poder e o aparecimento de linhas de clivagem e coalizões de novo tipo. Por outras palavras, e para ir ao núcleo da questão tal como se apresenta contemporaneamente, o problema de autoritarismo ou democracia no momento em que temos mobilização social intensificada e o Estado consolidado como sede de poder *não* é redutível ou assimilável ao problema de Estado e sociedade próprio do período anterior. Não se trata mais sobretudo de conter e restringir um Estado que busca firmar-se e expandir-se territorial e socialmente (ou eventualmente

mesmo da coexistência beligerante de projetos diversos de Estado, como ilustrado pelas erupções separatistas): ainda que a dinâmica complexa do processo possa levar a que a expansão *funcional* do Estado, subsequentemente a sua consolidação territorial, venha a colocar o problema nesses termos para certas classes ou setores (como se ilustra com o debate corrente sobre a estatização), do ponto de vista das categorias recentemente mobilizadas o problema é antes o de *abrir* à sua participação e à adequada consideração de seus interesses um Estado construído à sua revelia. O autoritarismo tal como o experimentamos no Brasil de hoje surge — se é preciso dizê-lo — como reação às pressões crescentes nesse sentido, e não como mera reiteração de um padrão perene de relacionamento entre Estado e Sociedade.

Desloquemos agora o foco do que Simon Schwartzman tem a dizer sobre o que eu proponho, para o que ele próprio propõe. Naturalmente, não há a intenção de um exame sistemático e exaustivo de suas análises, mas apenas a de ressaltar alguns pontos importantes que me parecem problemáticos.

Seduzido pela distinção weberiana entre patrimonialismo e feudalismo, Schwartzman faz dela, em diversos textos, [14] o ponto de partida de suas formulações, dando ênfase especialmente ao que pode haver de iluminador no recurso à noção de patrimonialismo para dar conta dos processos políticos próprios de determinadas sociedades. Em princípio, naturalmente, nada há de impróprio nisso, mas o fascínio do instrumental assim adquirido me parece claramente haver resultado, no caso, em procurar dar àquela noção uma aplicação demasiadamente ampla, frequentemente com intenso sabor anacronístico, bem como numa contestação excessiva da utilidade do que ele chama o "modelo de representação política", que estaria implícito no feudalismo com seus ingredientes contratuais.

Assim, no texto publicado no presente número de *Dados,* a expressão "patrimonial" ("patrimonial-burocrático", para ser exato) é utilizada em correspondência com a idéia de que "a maioria das sociedades não ocidentais tem uma organização política e estatal que é parte importante, se não predominante, *do próprio sistema produtivo*". (Sublinhado por Schwartzman). Ora, se nos atemos à caracterização weberiana de patrimonialismo, que se refere à organização em termos patriarcais do poder político do governante e envolve a idéia de que a aparelhagem do Estado ou do governo representa como que a extensão da família do soberano (destacando a autoridade paterna e a dependência filial como características da relação deste com seus funcionários), [15] vemos que ela nada tem a ver com o fato de que o Estado seja ou não parte do sistema produtivo. Interferência do Estado no sistema produtivo, por outro lado, tem-se tanto no "modo asiático de produção" ou "despotismo oriental" quanto no socialismo de Estado, nas democracias liberais de capitalismo avançado ou em países subdesenvolvidos politicamente autoritários como o Brasil: obviamente, uma série de variáveis politicamente da maior importância ficam na sombra quando se dá ênfase a este aspecto, e não se vê em que a colocação de todos sob o rótulo de patrimonialismo poderia ajudar a esclarecer os problemas.

Essa referência visa apenas ressaltar o que tende a haver de artificioso em certas formulações importantes de Schwartzman quanto ao tema "Estado e Sociedade". De maneira mais geral, cabe destacar o equívoco de se pretender identificar os casos de "Estado forte" (no sentido não de "Estado autoritário", mas de um alto grau de *stateness* ou de "presença" estatal) com um estilo de atuação e participação política de natureza cooptacional, no sentido que dá Schwartzman a esta expressão. Analiticamente, em primeiro lugar, é possível conceber um Estado que se superponha totalmente à sociedade, eventualmente mesmo ao ponto de se eliminar a distinção entre o público e o privado, e que apesar disso seja a extensão ou o produto da "sociedade" e se mostre totalmente permeável e aberto à "representação". Sem pretender, naturalmente, estar trazendo um caso empírico que ilustre efetivamente essa afirmação em todo o seu alcance, é possível notar, por exemplo, que, na leitura que faz Hannah Arendt da visão aristotélica da *polis*, esta aparece como uma aproximação relativamente a essa condição no sentido de que (apesar de que este aspecto tenha a ver precisamente com a *distinção* aristotélica entre o público e o privado) o Estado surge aí como o conjunto dos "monarcas" ou patriarcas privados.[16] Seja como for, empiricamente parece indiscutível a existência de casos diversos que confirmam a possibilidade de variarem independentemente as duas dimensões: a burocracia sueca de recente notoriedade, por exemplo, além do que revela a comparação entre democracias ocidentais em que o Estado tem alta participação no PNB e países autoritários em que essa participação atinge níveis semelhantes.

Deixando de lado tais questões e tomando o problema em termos da distinção entre "representação" e "cooptação" e do uso que Schwartzman faz dela, é claro que não há nada de questionável, em si mesmo, no fato de se procurar elaborar tipologias de formas de participação política (termos em que Schwartzman com frequência coloca a distinção: ver, por exemplo, no trabalho aqui publicado, o terceiro parágrafo, onde representação e coptação são descritos como "dois 'estilos' de atuação e participação política"). Mas é necessário que se possa, em algum momento, *explicar* a ocorrência de a ocorrência de uma forma e não de outra, ou o predomínio de uma sobre a outra. Schwartzman, porém, fala também nessas duas categorias como se fossem elas próprias *modelos de explicação* alternativos (por exemplo, quarto e quinto parágrafos do mesmo trabalho), e aí é que surgem as dificuldades. É sem dúvida possível, *topicamente*, pretender explicar certa conduta de um grupo como consequência de determinadas políticas do Estado, assim como é possível pretender explicar certa política do Estado por referência aos grupos ou classes que supostamente o controlam. Mas, em última análise, o que provê efetivamente a explicação são proposições gerais sobre as relações entre aspectos, setores ou dimensões da sociedade (incluído aí o Estado como núcleo de decisões que buscam impor-se à coletividade), proposições estas que serão necessariamente de nível mais abstrato do que aquele em que se situam as proposições que diretamente diagnosticam a ocorrência desta ou daquela

forma de participação política. Visto o problema de outro ângulo, e sendo mais enfático, o modelo efetivamente explicativo será sempre, em certo sentido, "representacional", sem que isso implique tratar sempre o Estado em termos de "comitê executivo da burguesia" ou algo parecido, ou vê-lo como mero reflexo passivo da sociedade: mesmo nos casos em que caiba ressaltar a "autonomia do Estado" e destacar seu papel iniciador e criativo, é indispensável, se não quisermos cair no essencialismo que Schwartzman rejeita e desejamos ir além de dizer que as coisas são assim porque são ou porque sempre foram, que nos seja possível explicitar as condições *da sociedade* — em si mesma ou em seu relacionamento com outras — que viabilizam e explicam as feições próprias da atuação do Estado que aí se observam.

Com mais razão isso se aplica quando o problema em exame (como é o caso com os trabalhos de Schwartzman sobre o assunto) corresponde precisamente às *relações* entre formas diversas de participação política. Se se constata o predomínio, ao nível do Estado nacional, de formas cooptativas, cabe evidentemente a pergunta: por que se dá esse predomínio? Por outro lado, o próprio Schwartzman sustenta que em São Paulo se dá, ao contrário, o predomínio de formas de representação sobre as de cooptação. Sem entrar na avaliação do acerto das teses de Schwartzman quanto a este aspecto (as quais me parecem altamente discutíveis, se por uma vez posso adotar seu estilo e declarar minhas reservas sem argumentar adequadamente a respeito, apesar de que algumas indicações sejam dadas adiante), temos aí obviamente, se ele tem razão, um caso para o qual o modelo de cooptação não seria mais adequado como suposto modelo explicativo. A verdade é que o que temos em ambos os casos são apenas exemplos de *diagnósticos* de situações concretas, e a obtenção de diagnósticos supõe o recurso a modelos analíticos de outro nível. (Como curiosidade não irrelevante deste ponto de vista, salientemos de passagem a coincidência de que Schwartzman, que rechaça a utilidade de se trabalhar com a idéia de estádios mesmo entendida como instrumental lógico, encontre peculiaridades políticas precisamente no estado que é de longe economicamente o mais desenvolvido do país.) É de se supor que Schwartzman não tenha nascido sabendo que em São Paulo havia representação ao invés de cooptação, ele *decide* isso a partir da análise — ou deveria fazê-lo —, e lhe resta ainda o problema de explicar o que constata. Assim, não se trata, como pretende Schwartzman pelo menos em sua tese de doutorado (cujo primeiro capítulo se intitula *Interest-Group Politics and Beyond*) de ir *além* do modelo de representação para o modelo de cooptação, mas de recorrer a esquemas explicativos suficientemente refinados que possam dar conta da variedade de formas concretas — seja de participação ou de outras coisas. *Meu* esforço vai nessa direção.

Mas é claro que tudo isso é por demais básico e elementar, e, ainda que os problemas envolvidos possam ser enfrentados de maneira mais ou menos explícita ou com maior ou menor cuidado, não se poderia esperar que Schwartzman se dispensasse inteiramente do recurso a esquemas explicativos diferentes da própria distinção entre formas de participação política para explicar a ocorrên-

cia destas. Assim, encontramos nas páginas 142 e 143 de seu livro um "esquema de interpretação" onde precisamente se relaciona com outras variáveis a ocorrência de tais formas.[17] Aprendemos aí que: (1) quando o desenvolvimento econômico "prepondera" sobre o crescimento e a diferenciação do Estado, temos representação como forma de participação política: (2) quando o crescimento e a diferenciação do Estado, ao contrário, preponderam sobre o desenvolvimento econômico, temos cooptação; (3) quando preponderam a modernização e a secularização de valores e o crescimento de aspirações e o processo dependente é o crescimento do Estado, temos como forma de participação política os "movimentos coletivos por mobilização autônoma" e o populismo carismático; e (4) quando o crescimento e a diferenciação do Estado preponderam sobre a modernização e a secularização de valores e o crescimento de aspirações, temos os "movimentos coletivos por mobilização induzida", o nacionalismo e o paternalismo.

Naturalmente, Schwartzman não está "preocupado com aspectos lógico-formais" (apesar de que alguns possam pretender ver precisamente exercícios formais no relacionamento pouco refletido de dimensões que transparece neste e em outros esquemas que nos apresenta), e assim não se dá conta de certas dificuldades que saltam aos olhos e que resultam do fato de que ele tem três dimensões e as toma duas a duas. Que ocorre, por exemplo, com o desenvolvimento econômico no caso (4)? Se ele preponderar sobre o crescimento e a diferenciação do Estado, que por sua vez prepondera sobre a modernização e a secularização de valores, devemos esperar representação poltíica, como no caso (1), ou continuarmos esperando movimentos coletivos por mobilização induzida, que estão mais próximos da idéia de cooptação (segundo nos indica o próprio Schwartzman algumas páginas adiante, ao situar o PTB de Goulart como um caso de alta mobilização e alta cooptação)? E que fazer no caso (2) se a modernização e secularização de valores e o crescimento de aspirações preponderarem sobre o crescimento e a diferenciação do Estado, que por sua vez preponderam sobre o desenvolvimento econômico? Isso é possível? Se assim, teremos populismo carismático, como no caso (3) e em São Paulo, ou cooptação política, como no caso (2) e no resto do Brasil? Se, no caso (1), a modernização e a secularização de valores e o crescimento de aspirações vierem a ser induzidos pelo crescimento e a diferenciação do Estado, sobre o qual prepondera o desenvolvimento econômico, teremos movimentos coletivos por mobilização induzida, como prevê o caso (4), ou continuaremos a ter representação? Algo, sem dúvida, falta por aqui. Eu diria que, além de lógica, falta a disposição de atacar com maior sofisticação a análise teórica — a qual, se de boa qualidade, será um precioso instrumento na análise de "processos sociais reais", ao invés de resultar em "acanhamento" nela.

Mas o problema com as proposições de Schwartzman não está apenas em atribuir ele um *status* metodológico equívoco a suas categorias básicas e em recusar, pela sedução de antinomias atraentes, o necessário esforço de teorização adequada. Isso tem a conseqüência de levá-lo, em minha opinião, pura e simplesmente

a errar em diagnósticos importantes. Para não me alongar mais, limito-me a ilustrá-lo com as dificuldades com que depara para dar conta dos eventos ocorridos em 1964, com respeito aos quais, como destaquei em outra ocasião, a necessidade de ajustar aos fatos observados a camisa de força da antinomia cooptação-representação tal como por ele aplicada ao caso brasileiro o leva a justapor a essa antinomia a oposião entre "mobilização" e "restrição à mobilização" e a admitir, de maneira que me parece redundar em esvaziar de sua substância a primeira polaridade, os casos de "cooptação mobilizadora" e "representação restritiva". Assim se torna possível interpretar meramente como formas diversas de se manifestar de novo a característica cooptacional da política brasileira tanto o período de intensos esforços visando mobilizar politicamente as massas brasileiras que antecedeu imediatamente ao golpe militar de 1964 quanto o próprio golpe, que visou e conseguiu *deter* o processo de mobilização.[18] Dessa forma se resguarda o primado do Estado, mas me parece claro que algo importante se perde no caminho.

Acrescento apenas algumas palavras finais a este respeito, já que Schwartzman faz dessa crítica, no texto incluído no presente número de *Dados,* o objeto de uma nota de rodapé (nota 24) em que me atribui acusá-lo de fazer jogo de palavras *pelo fato de procurar incluir dimensões variadas na análise.* Evidentemente, não é este o ponto a que se dirigem minhas observações, que têm a ver antes com o conteúdo da intuição envolvida na antinomia cooptação-representação e com até que ponto esse conteúdo é compatível especificamente com a combinação que dela faz Schwartzman com as categorias mobilização e restrição.

Caracteristicamente, Schwartzman não dedica o cuidado suficiente ao esclarecimento conceitual desta última distinção. Mas, para começar pelo aspecto mais evidente, a idéia de representação, na qual o polo ativo corresponde à sociedade e em que as forças sociais marcam sua presença junto ao Estado, fazendo dele um instrumento de canalização e promoção de seus interesses, necessariamente supõe a mobilização política dos setores representados, sendo o fenômeno da representação precisamente a expressão e conseqüência dessa mobilização. Qual o sentido, então, de se falar de "representação restritiva"? Uma possibilidade seria a de que se pretendesse aqui a referência ao caso de que, apesar de mobilizado, o grupo ou setor em questão não seja ele próprio *mobilizador,* isto é, não tenda a transformar-se em um *movimento* propenso à propaganda e ao proselitismo. Mas que dizer das relações entre um sistema como tal e os grupos ou setores que o compõem, considerados estes últimos quanto a este aspecto? Um sistema *composto* de grupos mobilizados mas não mobilizadores — de grupos como, por exemplo, os liberais de São Paulo, a julgar pelo que diz Schwartzman — mereceria a qualificação de "sistema de representação"? Não, aparentemente, se nos atemos às formulações do próprio Schwartzman, que, seguindo idéias de Schattschneider, escreve: "O que caracteriza a conversão de um conjunto de grupos de interesse relativamente bem articulado em um sistema político de representação é a generalização das reivindicações e aspirações particulares na forma de movimentos políticos amplos e de obje-

tivos diversificados".[19] Com mais razão nos inclinamos pela resposta negativa à pergunta quando nos damos conta de que, ainda segundo Schwartzman, grupos mobilizados (isto é, propensos a se fazerem representar) estão também necessariamente presentes num sistema de *cooptação*: "É possível supor que não existirá, em princípio, mobilização induzida sem participação espontânea, ou, em outras palavras, cooptação sem algum esforço de representação".[20]

Mas então as perguntas se multiplicam. Por que considerar São Paulo como um caso de "política de grupos de interesse" ou de "representação", por oposição ao sistema de cooptação do "eixo Minas—Rio",[21] quando o próprio Schwartzman se esforça por encontrar razões que expliquem o fato de que "a área paulista não deu origem a partidos políticos bem estruturados do tipo representacional", encontrando-as, por exemplo, na observação de que "os interesses econômicos da área tendiam, geralmente, a ser atendidos em termos específicos"?[22] Se mesmo a cooptação supõe esforço autônomo de representação (e ainda que se tenham em conta as reservas que Schwartzman introduz quanto ao "peso relativo" dos ingredientes correspondentes aos dois lados de sua antinomia básica), por que tratar em termos de cooptação a mobilização ocorrida em torno de Brizola (que inclui intenso proselitismo e coisas como a organização dos "grupos de onze", *após* haver ele deixado o governo do Rio Grande do Sul) e em termos de representação a mobilização que ocorre com Jânio Quadros ou Ademar de Barros? Simplesmente pelo fato de o primeiro haver sido governador anteriormente, ou ter laços de parentesco com Goulart? Critérios desse tipo levariam a tachar de cooptação a mobilização de Jânio Quadros em seguida a seu acesso, pelo menos, à prefeitura de São Paulo. Por que insistir em ver como cooptação o movimento trabalhista no período presidencial de Goulart, quando estudos minuciosos demonstram a crescente autonomização daquele movimento, a presença decisiva de motivações salariais nas agitações e greves que o marcam naquele período e as dificuldades que enfrenta Jango para fazê-lo servir aos seus propósitos?[23]

Em síntese: ou a noção de cooptação indica um processo *seletivo* de atração de lideranças que visa precisamente *esvaziar* e *conter* movimentos atuais ou potenciais de reivindicação e de demanda de participação, caso em que ela envolverá referência isenta de equívocos e ambigüidades e preservará sua utilidade na análise; ou, na medida em que a espichemos para designar *também* os casos de mobilização, e mesmo de mobilização de *massas,* ela acabará por se confundir com a própria intuição envolvida na idéia de representação. No limite, teríamos a cooptação de *todos,* que outra coisa não seria senão a própria revolução — ou seja, a "Sociedade" empolgando o "Estado", a "representação" plena e acabada.

Claro, há zonas de sombra, há movimentos mais ou menos induzidos "de cima", há o fascismo. Mas não será confundindo e embaralhando os conceitos que ficaremos equipados para desatar os nós que a realidade apresenta. E o movimento que *leva* um Hitler ao poder e lhe viabiliza a mobilização "de cima" não é "representação" no sentido mais estrito das formulações de Schwartzman?

Quero concluir assinalando que não posso senão concordar com o muito que me parece haver de razoável nas ponderações de Simon Schwartzman ao final do texto aqui publicado. E saúdo no presente número de *Dados,* que ele próprio edita, a evidência do fato auspicioso de que já seja possível aos cientistas sociais brasileiros *reunirem-se* para afirmar com clareza e vigor, e publicamente, suas divergências. Por esta linha chegaremos, sem dúvida, efetivamente a ler-nos uns aos outros, e assim talvez ao melhor entendimento de questões importantes.

Notas

1. Simon Schwartzman, "Representação e Cooptação Política no Brasil", *Dados,* nº 7 (1970).

2. Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional* (São Paulo: DIFEL, 1975).

3. *Cf.* Fábio W. Reis, "Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva", *Cadernos DCP,* 2, dezembro de 1974, p. 41.

4. Os textos relevantes são: Fábio W. Reis, "As Eleições em Minas Gerais", em Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (organizadores), *Os Partidos e as Eleições no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975); e Fábio W. Reis, "O Institucional e o Constitucional", *Cadernos DPC,* 3, março de 1976, onde se retomam literalmente algumas passagens do trabalho anterior.

5. Veja-se "O Institucional e o Constitucional", *op. cit.,* p. 115.

6. *Cf.* Hélgio Trindade, "Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul", em Lamounier e Cardoso, *op. cit.*

7. Veja-se Fábio W. Reis, "Tradicionalismo e Mudança em Minas", *Jornal do Brasil,* 14 de novembro de 1976, Caderno Especial, p. 1.

8. Vejam-se Bolívar Lamounier, "Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente", e Vilmar E. Faria, "As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma Análise das Variações Inter-Regionais", ambos em Lamounier e Cardoso, *op. cit.*

9. Fábio W. Reis, "Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva", *op. cit.*

10. Veja-se especialmente Fábio W. Reis, "Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político", *Cadernos DCP,* 1 (março de 1974), também publicado em Jorge Balán (organizador), *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro* (São Paulo: DIFEL, 1974).

11. *Cf.* Jean-Paul Sartre, "Question de Méthode", em *Critique de la Raison Dialectique* (Paris: Gallimard, 1960), p. 40.

12. Schwartzman se refere também à "apressada imputação de sentido às eleições de Minas Gerais" anteriormente mencionada. Pelo que foi dito acima, creio poder deixar de lado este aspecto a esta altura.

13. Veja-se sobretudo "Solidariedade, Interesse e Desenvolvimento Político", *op. cit.*

14. *Cf.*, por exemplo, *São Paulo e o Estado Nacional*, *op. cit.*, pp. 38 ss.

15. Max Weber, *Economy and Society* (Nova Iorque: Bedminister Press, 1968), p. 1013. Veja-se também Reinhard Bendix, *Max Weber: An Intellectual Portrait* (New York: Doubleday, 1962), p. 360.

16. *Cf.* Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro* (São Paulo: Perspectiva, 1972), pp. 157 ss.

17. *São Paulo e o Estado Nacional*, *op. cit.*

18. Veja-se Fábio W. Reis, "Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva", *op. cit.*, nota 31, para referências apropriadas.

19. *Cf. São Paulo e o Estado Nacional*, *op. cit.*, p. 146.

20. *Idem*, p. 145.

21. *Idem*, p. 55, por exemplo.

22. *Idem*, p. 146.

23. Veja-se, por exemplo, Kenneth Paul Erickson, *Labor in the Political Process in Brazil: Corporatism in a Modernizing Nation* (tese de doutorado não publicada, Universidade de Columbia, 1970).

As Eleições e o Problema Institucional (3): Notas Sobre Estado e Sociedade

Fernando Henrique Cardoso

É difícil comentar em poucas linhas as observações de Simon Schwartzman sobre o tema Estado e Sociedade e suas repercursões nas análises de sociologia eleitoral. Farei apenas algumas anotações, deixando à imaginação do leitor o trabalho de complementá-las. Restringirei os comentários, por outro lado, principalmente às críticas de Simon a trabalhos meus. No fim tentarei acrescentar algumas pistas para o desdobramento do debate.

1. Eu não propus Haya de la Torre e Mariátegui como *modelos* de interpretação teórica. Utilizei-os para mostrar que é possível fazer uma análise global relacionando as diferenças e oposições entre sociedade, Estado e economia, "sem dissolvê-los na síntese". Usei-os, portanto, para dizer que se deve fazer o *inverso* do que Simon atribui a mim: a pretensão de construir "modelos totalizantes", vazios de conteúdo, quer dizer, sem a discriminação das variáveis que os compõe e de sua estruturação. No caso de Haya, especialmente, interessava-me mostrar o "movimento", se posso usar a metáfora, de sua análise, que se baseia na capacidade de alguns setores da classe média contraporem-se aos interesses imperialistas. Apesar do "erro" histórico da apreciação, o *método* é que estava sendo sublinhado, não a teoria.

2. Não me referi ao artigo sobre "Cooptação e Representação" de Simon para dizer que estava de acordo apenas com o truísmo (dele aliás, pois apenas o reproduzi) sobre "processo simultâneo de desenvolvimento contraditório". Gostei do artigo e parti dele para as reflexões que fiz no texto criticado por Simon. Gostei especialmente da "adequação histórica" pretendida, assim como estou de acordo, em tese, com as posições metodológicas das páginas 167 e 168, do artigo que ora comento, publicado neste número de *Dados*.

3. Entretanto, em nome de criticar uma "banalidade", um "truísmo", contido na afirmação de que "a luta política é pugna entre grupos e classes com interesses contrapostos", Simon cai na armadilha por ele mesmo indicada no final do artigo: deixa de lado o que é aparentemente óbvio sem o transformar pela análise em conhecimento efetivo. Faz a caracterização do Estado *como se* as classes, os movimentos sociais, a economia, as contradições internas do Estado etc. não existissem. Assim, termina, como mostrarei adiante, construindo um Frankenstein.

4. Quanto à minha "ortodoxia" (e. . . primarismo) porque tento evitar uma análise de atores políticos que flutuam na atmosfera da pura ideologia, meu argumento, creio, se mantém. Vejamos: por mais óbvio e sabido que seja que a Escravidão era a instituição básica da sociedade durante o Império, é injustificável que esse conhecimento "intuitivo", desapareça na análise. Os atores políticos do Império, no texto de *Dados* nº 7 a que me referi no artigo sobre "Estado e Sociedade Civil", atuam *como se* não estivessem sócio-economicamente situados. No artigo ora publicado, Simon, novamente, mantém a defesa dessa posição, com um argumento fraco: foi o Partido Conservador, e não o Liberal quem mais se opôs à Escravidão. Isso equivale a dizer que, se amanhã ou depois o General-Presidente restabelecer a democracia representativa plena no país, terá sido a Arena e não o MDB que a fez... De qualquer forma, seja o Partido Conservador, seja o Liberal, meu argumento é que não se explica o processo político Imperial, desde a extinção do tráfico até a República, sem analisar como a Escravidão se coloca no centro da luta política, levando o Partido Conservador a transfigurar suas posições.

5. Para tomar em consideração a economia, a sociedade e a política, não é preciso dissolver tudo numa síntese abstrata. Eu próprio escrevi o primeiro capítulo da *História da República* da DIFEL, assinalando as relações entre Estado, economia e sociedade (burocracias civis e militares, economia do café e classes sociais) sem dissolver um pólo no outro, embora considerando as relações que eles mantêm entre si e tentando ver como se transfiguraram e desenvolveram-se no plano político.

6. Quanto à gozação sobre o "raciocínio dialético" ou à ambigüidade conceitual e estilística oriunda de ponto de partida metodológico e conceitual equivocado, replico o "argumento" nos mesmos termos. Tomei frase do artigo de Simon que ora comento e, com igual desprezo quanto a ver se de fato são oposições dialéticas ou não, fiz uma montagem (sem recorrer às notas de pé de página), com um texto escrito pelo Simon.

QUADRO I

Tese	*Antítese*
(1) "é verdade que o Estado brasileiro tem sido, historicamente, o centro de onde emana o clientelismo e a ineficiência"	(2) "mas é também certo que, através da estrutura governamental, alguns objetivos importantes e a longo prazo têm sido estabelecidos e alcançados"
(3) "é verdade que a bandeira da representação política e da descentralização tem sido historicamente relacionada com a política de interesses privatistas"	(4) "mas é também verdade que ela tem sido útil para garantir a vigência de alguns valores básicos de liberdade e pluralidade, e com isto aumenta cada vez mais o escopo dos beneficiários presentes e futuros do desenvolvimento social"

Acredito que Simon Schwartzman, como ocorreu comigo no caso da crítica dele, não encontrará o andamento metodológico de seus argumentos reproduzidos no quadrinho acima...

7. Mais "dialético" do que eu, Simon propõe a "negação da negação". E chega à Grande Síntese:

"o importante é unificar estas duas tendências (expostas no Quadro I, F.H.) no que elas têm de positivo".

Que têm elas de positivo? Um sistema político eficiente, moderno, visando ao bem de todos a longo prazo, baseado numa representação que não se identifique com a manutenção de interesses privados limitados e um Estado que se transforme em agente efetivo e responsável, com interesses sociais amplos.

8. Melhor exemplo de pensamento utópico é difícil. Eu posso até simpatizar com os valores propostos. Mas meu ranço acadêmico (é até irônico) impede que, ao ler tal *wishful thinking* deixe de perguntar pelos atores socialmente situados e pelas pugnas de interesse entre eles (essas obviedades, essas banalidades...) para ver se o "modelo" é compatível com a sociedade e com a economia e de que modo. Pode ser até que seja. Mas é preciso tornar os Atores mais claros e menos voláteis, tirando-os da atmosfera rarefeita da pura ideologia, para devolver-lhes o nervo dos conflitos sociais, econômicos e políticos efetivos.

9. Quanto ao debate mais substantivo sobre o Estado (pois até agora a metodologia primou) os pontos a discuitr são mais consistentes. Simon, na contra-críti-

ca, dá a impressão de que eu, depois do artigo sobre "Estado e Sociedade Civil" a que ele se refere, comecei a encarar com "mais inteligência" a questão do Estado. Oxalá. Mas o certo é que no artigo criticado, no qual sou acusado de defensor de posições "ortodoxas", "vazias" e "banais", em que Simon pensa que eu apenas ironizava as posições dele, proponho — ou insinuo — que através da noção de "anéis burocráticos" seria possível tentar entender o que me parece o mais significativo: como se dá a *relação* entre cooptação e representação.

10. Não tinha claro (e ainda não o tenho) como lidar de modo complexo com essa relação. Mas parece que, na França, por exemplo, têm-se sistema representativo, Estado forte, cooptação e representação, simultaneamente. Nosso caso terá suas peculiaridades, mas não é radicalmente diferente.

11. Portanto, não *reduzo* a análise política ao estudo da representação. Quero é evitar a concepção, algo estática, de que se teria *por um lado,* as classes e o sistema representativo, *por outro,* o Estado e a cooptação. Neste ponto a síntese é necessária. Mas não quando feita de modo abstrato, indeterminada e preenchida pelo espaço ideológico. É preciso especificar mais e ver a tessitura da relação entre Estado, sociedade e economia, na análise política. Não quero dar a impressão, na crítica da crítica, que Simon não tenha dado passos nessa direção. Digo apenas que as reflexões metodológicas que ele faz sobre seu próprio trabalho ficam aquém dos passos dados.

12. Não nego que em certos trechos caiu no simplismo de formulações sintéticas que são relativamente vazias. Lendo-se, entretanto, os artigos comentados por Simon (sobre "Estado e Sociedade Civil" e sobre "Os Partidos e as Eleições em São Paulo"), juntos com o artigo relativo à "A questão do Estado no Brasil" e outro sobre "A implantação do sistema oligárquico", ver-se-á que meu pensamento a respeito do sistema representativo e de sua relação com o Estado e a sociedade é menos simplista do que aparece nos comentários de Simon.

13. Por fim, gostaria de lembrar que me parece difícil discutir o tema da cooptação, da burocracia e do Estado sem ir mais à fundo na questão da organização do Estado e de sua relação com a sociedade, tal como essa relação se apresenta num tipo específico de sistema sócio-econômico. Em trabalho ainda inédito ("As bases sociais do Estado no desenvolvimento capitalista-dependente"), que constitui parte de um *Post-Scriptum* de Faletto e meu ao livrinho que escrevemos há dez anos, resumimos essa temática.

14. Em primeiro lugar, é difícil entender a forma estatal contemporânea nos países que se indus-

trializam tardiamente porém, como diria Hirschman, de modo *ultra-ultra* rápido, sem acentuar que o Estado se reorienta em função de uma *economia de empresa*. Não basta acentuar, como O'Donnell, eu próprio e tantos mais, que existe um fenômeno de autoritarismo-burocrático. É preciso ver que o sentido dele, e a dinâmica do sistema político-social repousam numa economia de mercado, baseada em empresas e entre estas empresas as estatais jogam papel importante, ao lado das multinacionais, como também é sabido.

15. Portanto, para entender o funcionamento do Estado (depois de distinguir Estado, regime, governo e outras obviedades que em geral aparecem confundidas) é preciso especificar o significado do setor produtivo estatal.

16. Essa questão tem a ver *diretamente* com o tema em debate. A empresa estatal, ligando-se ao governo, é obrigada a atender a "interesses gerais" das classes dominantes (de expansão do capitalismo). Portanto, produz insumos a preços mais baixos para o resto do sistema econômico etc. Tem a ver, também, com as funções políticas gerais dos governos: às vezes o setor estatal paga salários mais altos etc. Mas o setor produtivo estatal também acumula (extrai mais valia) e expande o capital, por critérios de empresa, visando a impor a "racionalidade de mercado". É isso que o distingue das velhas funções (que ainda se mantêm, mas acrescidas das novas) atribuídas ao setor público de atuar para contrabalançar a tendência à queda da taxa de lucro do setor privado.

17. Ora, como as várias funções do setor produtivo-estatal são contraditórias, elas abrem caminho para oposições (políticas também) entre a burocracia das empresas e o Governo, entre as empresas estatais e as empresas privadas, etc. Neste jogo estes Atores ora se opõem, ora se aliam, em parte ou no todo. As "burocracias" das empresas estatais — ou melhor, suas cúpulas — não cumprem, a rigor, funções burocráticas. Tornam-se agentes da expansão capitalista. Daí eu tê-los qualificado, às vezes, como "burguesias de Estado".

18. Sendo assim, porque não pensar que a "agregação de interesses" de partes do setor produtivo estatal e a representação deles, possa dar-se através de Partidos? A questão não é de princípios. É preciso analisar mais e discernir onde e como formam-se "anéis burocráticos" que os englobam, o mesmo valendo para a possibilidade de conexão mais estável em termos de alianças com outras classes através de Partidos.

19. Outra observação que talvez caiba, para evitar o "pensamento em bloco" (desta vez de Simon): a oposição entre centralismo e regionalismo e entre a sociedade civil e o Estado complica-se quando se pensa que nosso Leviatã talvez seja mais um leão

empalhado do que fera temível. A diferenciação do sistema burocrático, numa sociedade como a brasileira regida pelo princípio do dinamismo de empresa, deu-se de modo que os vários órgãos da administração (e não apenas o setor produtivo estatal) se pulverizaram e autonomizaram, buscando transformar-se em fundações, autarquias, comissões independentes, cada qual com orçamento próprio. A cúpula administrativa e o setor político do governo (o Presidente e seu gabinete, os Ministros e seus assessores diretos) propõem metas (quando conseguem) e fazem planos. Os órgãos da administração direta e da descentralizada fazem suas políticas de modo não coordenado, para desespero do DASP — essa mola do antigo Estado autoritário — que reclama da falta de homogeneidade, da quebra dos critérios burocráticos etc.

20. Assim, à idéia de que a Administração Central fortaleceu-se em detrimento dos estados e do espírito federativo, é preciso especular sobre se não houve uma nova "federalização" criando um "Estado Burocrático-Federado", cujas unidades são as principais partes da Administração e do Setor Produtivo Estatal.

21. As implicações dessas observações sobre os modos de relacionamento entre Estado e sociedade e sobre as formas que a relação entre representação de interesses e cooptação podem assumir são facilmente imagináveis. Não proclamo, portanto, a inutilidade da discussão proposta por Simon. Longe disso. Acredito, entretanto, que ela só terá a ganhar se a preocupação com as perspectivas teórico-metodológicas pelas quais me guio forem mantidas, ao invés de serem substituídas por sínteses formais cheias de boas intenções, mas despidas de realismo.

22. Não desejo dar a impressão que a solução do debate é simples. Nem que são comprovadas as hipóteses apresentadas por mim para diminuir um pouco a idealização sobre um Estado centralizado e coerente, formado por uma burocracia homogênea, sabedora do que deseja e apta a cooptar para avançar na direção de seus objetivos. Mas estou convencido que não se caminha insistindo apenas na debilidade das classes e fortaleza do Estado, sem interrogar mais a fundo como este se organiza e de que modo burocracias, "burguesias de Estado" e classes enraizadas na sociedade civil se entrelaçam e articulam. Se é certo que os "anéis burocráticos" e os mecanismos de cooptação funcionam, é difícil sustentar que os Partidos e a mobilização política da sociedade civil são, *por princípio,* incapazes de absorver parte do que se apresenta como se fosse o "interesse do Estado", contraposto, em bloco, ao das classes. Tal abordagem me parece holística no mau sentido.

O Debate Recomeça

Críticas mais ou menos acerbas foram feitas, argumentos e contra-argumentos foram apresentados. Creio que não caberia tentar aqui uma tréplica: seria, em grande parte, repisar ou rever coisas já ditas, talvez agora com mais vagar, mas sem a chance de nova resposta, o que seria injusto. O que importa é ver quais, das diversas proposições metodológicas e substantivas apresentadas, têm realmente condições de serem incorporadas a um processo de conhecimento cada vez mais aprofundado e relevante da realidade política brasileira. É uma tarefa que nos transcende: cabe a cada leitor interessado reler os textos, ir às referências indicadas, e tirar suas próprias conclusões. É neste sentido que o debate sobre o sistema político brasileiro apenas começa, ou é retomado.

Penso que é importante assinalar que não é fortuito o fato de que este debate esteja ocorrendo simultaneamente, e a propósito de um processo eleitoral em marcha. Apesar de todas as limitações e dificuldades em que este processo eleitoral ocorre, ele sem dúvida permite um clima de interesse pela participação da sociedade na condução de seus próprios destinos, que dá a motivação e as condições para que surjam discussões e trocas de pontos de vista a este respeito.

Não se trata, evidentemente, de uma discussão nova, no sentido de que são retomados aqui os temas mais clássicos do pensamento político clássico e contemporâneo: as relações entre Estado e sociedade, o papel político da burocracia e da administração pública, o problema da participação e da representação política, a questão da legitimidade política, a natureza e o verdadeiro alcance do sistema eleitoral. O que haja, talvez, de novo seja que esta discussão se faça, não a partir de simples preferências ideológicas ou de experiências de outros países, mas a partir de pesquisas e análises tão profundas quanto possível sobre a história brasileira, por um lado, e, por outro, sobre o comportamento efetivo do Estado, governo, partidos políticos e eleitorado brasileiro, neste momento.

É possível que este tipo de pesquisa e discussão permita ir incorporando, agora de maneira mais integrada, a experiência de análise e reflexão sobre a realidade política desenvolvida em outros países e em outras épocas, e que isto nos seja útil. É possível que ela permita ir reforçando a percepção do fato de que o sistema político é algo complexo, que não se reduz a fórmulas institucionais ou jurídicas pré-cosidas, nem se amolda a manifestações mais ou menos cruas de poder. E que, por isto mesmo, o processo político tem que se manter sempre vivo e aberto, para que haja um debate que não seja apenas entre algumas pessoas, mas que se incorpore ao próprio tecido do sistema social e político brasileiro. Neste processo, é possível que haja uma aproximação progressiva entre realidade e intenção, ajustando-se uma à outra, de tal forma que os valores que o sistema político deve maximizar — a contribuição de todos para o bem comum, as liberdades individuais e sociais, a igualdade de direitos e oportunidades, a segurança individual e coletiva — sejam alcançados.

Mais pensamento utópico, mais *wishful thinking*? Talvez. Mas é importante saber aonde se quer ir, para, pelo menos, podermos saber quando não estamos lá. É neste sentido que concordo com Fábio Wanderley Reis em sua preocupação em definir uma meta de desenvolvimento político, ainda que possa ter dúvidas quanto às suas características. É neste sentido que também concordo com Fernando Henrique Cardoso quanto à necessidade de, ao analisar a realidade política e social, devolver aos atores "o nervo dos conflitos sociais, econômicos e políticos efetivos". É entre estes dois polos, de valores e realidade, que o debate continuará.

(S.S.)

SUMMARY

In this symposium, the authors discuss the implications of the elections studies of 1974 for the understanding of the institutional aspects of the Brazilian political system. Simon Schwartzman makes a review of the election studies of 1974, in terms of the problems of state-society relationships in Brazil. He reestates his view that the system of political participation should be dealt with as the result of combined mechanisms of interest group representation and political cooptation by a patrimonial-bureaucratic state. He then takes issue with propositions put forth by Fabio Wanderley Reis and Fernando Henrique Cardoso, inasmuch as they fail to take fully into account the fact that the systems of political participation and elections behavior cannot be understood through the workings of private interest groups in a politcial market alone. Lastly, he suggests that future election studies should be based on a more systematic analysis of political parties wich operate within a patrimonial-bureaucratic State, and according to regional diferences which should also be seen ir terms of the patterns of state-society relationships in the country.

In his reply. F. W. Reis reestates his view that the institutional proolems of the political system in Brazil are proper of the country's stage of political development, and attributes much of Schwartzman's criticism to inadequate reading of his texts. In general, he emphasises his intention to provide a comprehensive conceptual framework which could place the questions of political cooptation, state-society relationships and political participation in a more general perspective.

F. H. Cardoso also corrects what he considers to be inadequate reading of his own point of view. Then, he raises a series of empirical and conceptual questions which are still not fully understood, most of them related with the links which are created in Brazil between the central administration and private interests, which has led him to suggest concepts such as "state bourgeosies" and "bureaucratic rings".

RÉSUMÉ

Dans ce recueil d'articles, les auteurs discutent les implications contenues dans les études électorales de 1974 et leur effet sur la compréhension des aspects institutionnels du système politique brésilien. Simon Schwartzman passe en revue les études électorales de 1974 en fonction des problèmes posés par les relations Etat-Société au Brésil. Il réitère son point de vue, selon lequel le système de participation politique devrait être traité comme étant le résultat de mécanismes combinant la représentation de groupes d'intérêt et la cooptation politique qui s'exerce au sein d'un Etat de type patrimonial et bureaucratique. Puis il remet en question les propositions exposées par Fábio Wanderley Reis et Fernando Henrique Cardoso dans la mesure où elles ne parviennent pas à rendre parfaitement compte d'un fait: le système de participation politique et le comportement électoral ne peuvent pas être compris seulement à travers le prisme des agissements des groupes d'intérêt privé sur le marché politique. Il suggère finalement que les prochaines études électorales se basent sur une analyse plus systématique des partis politiques en action dans le cadre d'un Etat patrimonial et bureaucratique et qu'elles tiennent compte des différence régionales qui doivent, à leur tour, être analysées en fonction des modèles de relation Etat-Société existants dans le pays.

Dans sa réponse, F. W. Reis réitère son point de vue, selon lequel les problèmes institutionnels du système politique brésilien sont caractéristiques du stade actuel de développment politique du pays. Il attribue la plupart des critiques de Schwartzman à une lecture inadéquate de ses textes. D'une façon générale, il met en relief l'intention qui est la sienne d'offir une construction d'ensemble capable de situer dans une perspec-

tive plus générale les questions touchant à la cooptation politique, aux relations Etat-Société et à la paticipation politique.

F. H. Cardoso fait aussi une correction de ce qu'il considère comme une lecture inadéquate de ses propres points de vue. Puis il soulève une série de questions empiriques et conceptuelles qui ne sont pas encore pleinement comprises. La plupart d'entre elles touchent aux liens qui ont été créés entre l'administration centrale et les intérêts privés. Ces liens ont amené F. H. Cardoso à suggérer des concepts tels que "bourgeoisies d'Etat" et "cercles bureaucratiques".